



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 101/102

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE AGOSTO DE 2007

ANO XXXII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democrata

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... *Luiz Claudio Romanelli*  
Líder da Oposição ..... *Valdir Rossoni*  
PMDB ..... *Waldyr Pugliesi*  
PSDB ..... *Ademar Traiano*  
Democratas ..... *Plauto Miró*  
PT ..... *Elton Welter*  
PP ..... *Duílio Genari*  
PDT ..... *Luiz Carlos Martins*  
PTB ..... *Fábio Camargo*  
Bloco PPS/PMN ..... *Dr. Batista*  
Bloco PSB/PL/PRB/PV ..... *Reni Pereira*

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

## S U M Á R I O S

### **DIÁRIO Nº 101**

### **92ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 03**

**Presenças ..... 03**

**Abertura da Sessão ..... 04**

**Expediente:**

Ofícios..... 04

Designações ..... 05

Memorandos ..... 05

Requerimentos ..... 05

Projetos de Lei ..... 07

**Pequeno Expediente:**

Dep. Elio Rusch ..... 10

**Grande Expediente:**

Dep. Jocelito Canto ..... 11

**Horário das Lideranças:**

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto ..... 14

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira..... 15

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 15

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 17

Liderança da Oposição

Dep. Ney Leprevost..... 18

**Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 20

Preferência de Votação

1ª Discussão ..... 20

Discussão/Votação

Redação Final..... 28

2ª Discussão ..... 28

1ª Discussão ..... 29

Requerimentos ..... 31

**Encerramento da Sessão ..... 33**

### **DIÁRIO Nº 102**

### **8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva..... 34**

**Presenças..... 34**

**Abertura da Sessão ..... 34**

**Ordem do Dia:**

Discussão/Votação

2ª Discussão ..... 35

**Encerramento da Sessão ..... 35**

**Publicações:**

Comissão Executiva

Atos..... 35

Diretoria Geral

Portaria DAT ..... 37

Atas de Comissões

Ecologia e Meio Ambiente ..... 37

Direitos Humanos e Cidadania .. 38

## S U M Á R I O

<b>DIÁRIO Nº 101</b> <b>92ª SESSÃO ORDINÁRIA</b> <b>SUMÁRIO</b>		
<b>Mesa Executiva.....03</b> <b>Presenças.....03</b> <b>Abertura da Sessão .....04</b> <b>Expediente:</b> Ofícios .....04 Designações.....05 Memorandos.....05 Requerimentos.....05 Projetos de Lei.....07 <b>Pequeno Expediente:</b> Dep. Elio Rusch.....10 <b>Grande Expediente:</b> Dep. Jocelito Canto .....11 <b>Horário das Lideranças:</b> Liderança do PTB		Dep. Jocelito Canto ..... 14 Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV Dep. Rosane Ferreira..... 15 Liderança do PP Dep. Antonio Belinati ..... 15 Liderança do Governo Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 17 Liderança da Oposição Dep. Ney Leprevost..... 18 <b>Ordem do Dia:</b> Leitura do Expediente ..... 20 Preferência de Votação 1ª Discussão ..... 20 Discussão/Votação Redação Final..... 28 2ª Discussão ..... 28 1ª Discussão ..... 29 Requerimentos..... 31 <b>Encerramento da Sessão ..... 33</b>

### DIÁRIO Nº 101

### 92ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 92ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2007

(quarta-feira)

#### Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Malucelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Carlos Simões, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Miltinho Pupio e Stephanes Júnior (06).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Luiz Eduardo Cheida e Péricles de Mello (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Ofícios:***

Sob os nºs CTL/CC 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 274 e 275/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONANDO os Projetos de Lei nºs:

494/07: de autoria do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar a cessão de uso de parte do imóvel que especifica, ao Município de Jandaia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 15600. **Anote-se - Arquivo-se.**

455/07: de autoria do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar a doação do imóvel que especifica, ao município de Marmeleiro, o qual convertido em Lei tomou o nº 15601. **Anote-se - Arquivo-se.**

244/07: de autoria do Poder Executivo que dá nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 15336, de 22 de dezembro de 2006, o qual convertido em Lei tomou o nº 15602. **Anote-se - Arquivo-se.**

454/07: de autoria do Poder Executivo que, confere à UEG Araucária Ltda., em cujo capital a Companhia Paranaense de Energia - COPEL e a COPEL Empreendimentos Ltda. detêm participação majoritária o regime jurídico de sociedade de economia mista, conforme específica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15603. **Anote-se - Arquivo-se.**

479/07: de autoria do Poder Executivo que, autoriza concessão de subvenção econômica com recursos de FDE sob a modalidade de "equivalência em produto" em operações de crédito contratadas com instituições oficiais, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15605. **Anote-se - Arquivo-se.**

478/07: de autoria do Poder Executivo que, autoriza concessão de subvenção econômica com recursos de FDE para instituições financeiras, sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para interessados em aderir ao Programa de Irrigação Noturna - PIN, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15606. **Anote-se - Arquivo-se.**

291/07: de autoria do Deputado Antonio Anibelli que, isenta de pagamento da taxa de pedágio todos os veículos pertencentes aos moradores do município onde estejam as praças de pedágio, cujos veículos estejam ali emplacados, o qual convertido em Lei tomou o nº 15607. **Anote-se - Arquivo-se.**

436/07: de autoria do Deputado Durval Amaral que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Rinaldo Anciutti Caggiano, o qual convertido em Lei tomou o nº 15611. **Anote-se - Arquivo-se.**

434/07: de autoria do Deputado Durval Amaral que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Alfons Gardemann, o qual convertido em Lei tomou o nº 15612. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 267/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 467/07, por julgar as partes vetadas inconstitucional, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 271/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 421/07, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 272/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 263/07, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 273/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 243/07, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC 248, 250, 252, 256 e 258/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, comunicando que as Indicações Legislativas nºs 446, 448, 450, 452 e 453 respectivamente, foram encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, a fim de que sejam procedidas as necessárias análises do assunto versado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 254/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, comunicando que a Indicação Legislativa nº 451 foi encaminhada ao PROVOPAR, cuja entidade a solicitação é formulada. **Ao conhecimento da Casa.**

## Designações

### DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Artagão Júnior, para representar esta Casa de Leis na Reunião do Parlamento do MERCOSUL, a realizar-se na cidade de Montevidéu, República Oriental do Uruguai, com saída prevista para dia 02 de setembro e retorno para o dia 05 de setembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário  
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

### OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 29 de agosto de 2007.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 30 de agosto.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência em virtude de reunião com a diretoria da Federação dos Hospitais do Paraná, para dar prosseguimento às questões levantadas na audiência da Comissão de Saúde.

### DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Senhor Deputado Teruo Kato para representar esta Casa de Leis no evento 35ª Missão Econômica do Paraná ao Japão nos dias 04/10 a 17/10 nas cidades Tokyo, Kobe, Kakogawa, Himeji, Akashi e Narita.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário  
LUCIANA RAFAGNIN - 1ª Secretária

## Memorando

### MEMORANDO

Solicito aos Srs. Líderes do PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP e Bloco PSB/PL/PRB/PV indicarem membro partidário, para a constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar sobre a Proposição nº 083/04, de autoria do Poder Executivo, que acresce artigo 210-A, ao Capítulo VI, do Título VI e também, artigo 60 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) MESA EXECUTIVA

(A Proposição 083/04, oriunda da Mensagem 031/04 encontra-se publicada no DA nº 102/04, de 16/11/04, em Mensagens)

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 2582

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 397/07, item 10 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Douglas Fabrício, Cida Borghetti e Luiz Accorsi.

### REQUERIMENTO Nº 2570

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja reservado o salão nobre desta Assembléia, no dia 12 (doze) de setembro de 2007 (quarta-feira), às 17h, para o lançamento do livro "Arquitetura Contra o Crime", do Coronel Roberson Bondaruk.

O Coronel Bondaruk é escritor que se dedica à segurança pública, ilustrando com seus livros as possibilidades de melhoria para a segurança pública do estado do Paraná.

O Coronel PM Roberson Bondaruk é autor dos livros "Polícia Comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão", em parceria com o Major PM César Alberto de Souza; "Manual de Policiamento Montado Comunitário" e "O Império das Casas Abandonadas: criança e adolescentes 'de rua' e a polícia".

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) CIDA BORGHETTI

### REQUERIMENTO Nº 2575

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja fornecida cópia completa de parecer prévio enviado a esta Casa de Leis pelo Tribunal de Contas, referente às contas dos anos de 2001 e 2002 do Governo Jaime Lerner e dos anos de 2003, 2004 e 2005 do Governo Roberto Requião. Ao mesmo tempo, que seja informado se as cidades prestações de contas foram aprovadas por esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) JOCELITO CANTO

### REQUERIMENTO Nº 2587

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário,

respeitosamente, REQUER seja realizada uma Sessão Extraordinária para apreciar o Projeto de Lei nº 397/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) NEREU MOURA

#### REQUERIMENTO Nº 2572

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações, ao Major Osni José Bortloni.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Major Osni José Bortloni, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em prol da comunidade paranaense.

Ingressou no Corpo de Bombeiros em 1985, ocupando diversos cargos como: Comandante do Centro de Ensino e Instrução e Sub-Comandante do 1º GB do Portão em Curitiba.

Atualmente exerce o cargo de Sub-Chefe da 8ª Seção do Comando Geral.

#### REQUERIMENTO Nº 2573

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao engenheiro João Raimundo da Silva.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao engenheiro João Raimundo da Silva, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em prol da comunidade paranaense.

Ingressou nos correios em 1971, exercendo diversas funções, tais como: Chefe do Tráfego Telegráfico e Gerente de Engenharia.

Atualmente exerce a função de Sub-Gerente de Transportes da EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Curitiba.

#### REQUERIMENTO Nº 2574

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Dr. Edevigues Marques Pereira.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao odontólogo Dr. Edevigues Marques Pereira, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em prol da comunidade paranaense.

Ingressou no serviço público em 1983. Foi coordenador de odontologia do estado do Paraná na Secretaria de Estado da Saúde.

Atualmente, exerce seus trabalhos de odontologia, no Centro de Detenção e Ressocialização - CDR-PR, na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU.

#### REQUERIMENTO Nº 2581

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, solicitando informações sobre a situação atual do Instituto de Educação César Prieto Martinez, em Ponta Grossa:

1 - Qual o motivo que tal obra não foi enquadrada como “emergencial”, uma vez que o referido Colégio encontra-se em vias de ser interditado, por absoluta falta de segurança para o corpo discente e docente;

2 - Se, a Secretaria de Estado da Educação, está aguardando a conclusão da licitação para a obra de reforma, qual o prazo previsto para o início da obra? Qual a empresa vencedora? Qual o valor da obra? Quando está previsto a conclusão da obra?

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2571

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, informando sobre a aquisição dos televisores de marca CCE adquiridos da Indústria de Móveis Cequipel:

1 - Como foi definido o modelo do equipamento a ser adquirido para as escolas?

2 - Quem definiu o objeto da licitação?

3 - Anexar processo administrativo que iniciou a aquisição, contendo todos os elementos que culminaram com a divulgação do edital na forma que se deu.

4 - Anexar o projeto básico.

5 - Como foi realizada a cotação do objeto uma vez que o produto não existia nas lojas?

6 - Há parecer técnico indicando vantagens da aquisição em contraposição a televisores comuns combinados com aparelhos de DVD?

7 - Há parecer técnico comparativo entre o bem a ser adquirido e um computador com monitor 20 e multimídia?

8 - Considerando que o produto não existe no mercado e que foi necessário fabricá-lo, foi realizada cotação em empresas fabricantes?

9 - Em caso afirmativo que empresa? Juntar cotações.

10 - Se não foi cotado em diversos fabricantes, pela impossibilidade, como foi respeitado o princípio da isonomia e igualdade de condições aos concorrentes?

11 - Se o produto não foi cotado em fabricantes, como se chegou ao preço estabelecido na licitação?

12 - Se o produto não existe no mercado por que motivo foi utilizado o leilão para aquisição quando o artigo da Lei nº 10502/02 determina que esta modalidade se presta a aquisição de bens e serviços de natureza comum?

13 - Como foi feita a descrição do objeto utilizando as normas e padronizações da ABNT, face o disposto na Lei Federal nº 4150/62?

14 - Considerando que o bem teria que ser fabricado, por que motivo o objeto da licitação não foi a fabricação do produto, ocasião em que outras montadoras de eletrodomésticos poderiam concorrer.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2585

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserida nos Anais desta Assembléia Legislativa a coluna de autoria do jornalista Celso Nascimento, contida no jornal Gazeta do Povo, edição do dia 29 de agosto de 2007, página 9 do primeiro caderno, com o título "O juiz e o Chavismo no PR".

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2580-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 397/07, item 10 da Ordem do Dia desta data, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

### ***Projetos de Lei:***

#### PROJETO DE LEI Nº 634/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Campo Largo - ADFCL, com sede e foro no município de Campo Largo, estado do Paraná.

Art. 2º A entidade distinguida, salvo motivo relevante, a critério do Chefe do Poder Executivo, deverá apresentar até 30 de julho de cada ano ao órgão competente da Administração Estadual, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade do ano precedente, na forma do artigo 2º da Lei Estadual nº 6994 de 1978.

Art. 3º Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública, se a entidade:

I - Deixar de cumprir por três anos consecutivos a exigência do artigo anterior;

II - Substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar serviços nestes compreendidos;

III - Alterar a sua denominação, e dentro de noventa dias contados da averbação de alteração no Registro Público, não comunicar a ocorrência ao órgão competente da Administração Estadual.

IV - Remunerar, sob qualquer forma, os membros de sua diretoria, ou conceder ou distribuir lucros, bonificações ou outras vantagens e dirigentes, mantenedores ou associados;

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, com as alterações dadas pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99 que dispõe sobre as normas para a declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações e fundações constituídas no estado do Paraná, estou apresentando o presente projeto de lei, para declarar de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Campo Largo - ADFCL, com sede e foro no município de Campo Largo, estado do Paraná.

Sem fins lucrativos, fundada em 17 de junho de 2005, a entidade tem por objetivo e finalidade de acordo com seu estatuto dar: atenção ao deficiente físico, e com a humanidade de instituir e coordenar serviços de assistência social, cultural, esportiva, recreativa, desenvolvimentos ambientais, turísticos e prestação de serviços profissionalizantes, reabilitação, bem como ações de prevenção, reabilitação, integração à vida comunitária de pessoas necessitadas".

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 635/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Produtores da Água Mineral de Irati, estado do Paraná, com sede e foro no município de Irati, estado do Paraná.

Art. 2º A entidade distinguida, salvo motivo relevante, a critério do Chefe do Poder Executivo, deverá apresentar até 30 de julho de cada ano ao órgão competente da Administração Estadual, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade do ano precedente, na forma do artigo 2º da Lei Estadual nº 6994 de 1978.

Art. 3º Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública, se a entidade:

I - Deixar de cumprir por três anos consecutivos a exigência do artigo anterior;

II - Substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar serviços nestes compreendidos;

III - Alterar a sua denominação, e dentro de noventa dias contados da averbação de alteração no Registro Público, não comunicar a ocorrência ao órgão competente da Administração Estadual.

IV - Remunerar, sob qualquer forma, os membros de sua diretoria, ou conceder ou distribuir lucros, bonificações ou outras vantagens e dirigentes, mantenedores ou associados;

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, com as alterações dadas pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99 que dispõe sobre as normas para a declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações e fundações constituídas no estado do Paraná, estou apresentando o presente projeto de lei, para declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Produtores da Água Mineral de Irati, estado do Paraná, com sede e foro no município de Irati, estado do Paraná.

Sem fins lucrativos, fundada em 20 de abril de 1991 e registrada em 24 de julho de 1991, a entidade tem por objetivo e finalidade de acordo com seu estatuto: prioritariamente promover o desenvolvimento da agricultura e outros setores da atividade econômica e ela ligadas ou não, usando recursos próprios, obtidos por doação ou por empréstimos; proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar através da integração de seus moradores; proporcionar aos seus associados e seus dependentes, atividades econômicas, culturais e desportivas; organizar equipes que desenvolvam atividades assistenciais aos carentes da comunidade; promover quanto possível os trabalhos artísticos e artesanais fazendo exposições ao público interessado em adquirí-los.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 636/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Novos Caminhos de Itapará, com sede e foro no município de Irati, estado do Paraná.

Art. 2º A entidade distinguida, salvo motivo relevante, a critério do Chefe do Poder Executivo, deverá

apresentar até 30 de julho de cada ano ao órgão competente da Administração Estadual, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade do ano precedente, na forma do artigo 2º da Lei Estadual nº 6994 de 1978.

Art. 3º Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública, se a entidade:

I - Deixar de cumprir por três anos consecutivos a exigência do artigo anterior;

II - Substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar serviços nestes compreendidos;

III - Alterar a sua denominação, e dentro de noventa dias contados da averbação de alteração no Registro Público, não comunicar a ocorrência ao órgão competente da Administração Estadual.

IV - Remunerar, sob qualquer forma, os membros de sua diretoria, ou conceder ou distribuir lucros, bonificações ou outras vantagens e dirigentes, mantenedores ou associados;

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, com as alterações dadas pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99 que dispõe sobre as normas para a declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações e fundações constituídas no estado do Paraná, estou apresentando o presente projeto de lei, para declarar de utilidade pública a Associação Novos Caminhos de Itapará, com sede e foro no município de Irati, estado do Paraná.

Sem fins lucrativos, fundada em 20 de abril de 1991 e registrada em 24 de julho de 1991, a entidade tem por objetivo e finalidade de acordo com seu estatuto: congregar os moradores e amigos do distrito de Itapará, sem distinção de raça, cor, sexo, religião, política ou de qualquer outra natureza, com o fito de se obter elevação de qualidade de vida dos mesmos; manter serviços assistenciais e cooperativos, inclusive através de convênios com órgãos públicos e particulares; representar perante as autoridades administrativas, legislativas, e judiciárias, os interesses gerais dos associados; lutar pelos interesses comunitários; promover as atividades que tenham como objetivos e otimização dos padrões de renda, saúde, educação, recreação e esportes dos moradores do distrito de Itapejará; dar assistência social aos necessitados da comunidade, conforme condições da Associação; dar prioridade ao quadro social; buscar os recursos institucionais disponíveis de âmbito federal, estadual, municipal, oficial ou particular para a execução das suas diretrizes.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.



PROJETO DE LEI Nº 637/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube Paranaense de Criadores de Curió, com sede e foro no município de Curitiba, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78 com as alterações dadas pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99 que dispõem sobre as normas para a declaração de utilidade pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no estado do Paraná, estamos apresentando o presente Projeto de Lei, para declarar de utilidade pública o Clube Paranaense de Criadores de Curió, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Sem fins lucrativos, fundada em 19 de março de 1985, a entidade tem por objetivo e finalidade de acordo com seu estatuto, “difundir entre os associados os conhecimentos e legislação necessária ao êxito e incentivo nas atividades ligadas a criação amadorista e passeriforme da fauna silvestre brasileira em ambiente doméstico, objetivando a preservação da genética das espécies, bem como seus treinamentos, exposições e torneios. Sempre cumpridor às normas e penalidades determinadas pelos órgãos competentes”.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

LEI Nº 6994  
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 8589 E 12816  
NORMAS PARA DECLARAÇÃO  
DE UTILIDADE PÚBLICA

SÚMULA:

Dispõe sobre as normas para declaração de utilidade pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As Sociedades Cívis, as Associações e as Fundações constituídas no estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

I - que possuam personalidade jurídica há mais de um ano;

II - que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários;

III - que não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto;

IV - que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório.

§ 1º Em casos especiais, a juízo da Comissão de Constituição e Justiça e deliberação do Plenário, o prazo do item I poderá ser reduzido para 06 (seis) meses, atendidos os demais itens, quando seja representativa de servidores públicos e sua abrangência seja no âmbito estadual.

§ 2º No caso do parágrafo anterior a entidade apresentará relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas nos 06 (seis) primeiros meses, contados da data do registro da sua personalidade jurídica, aprovado pelo órgão encarregado do seu cadastramento.

Art. 2º As entidades declaradas de utilidade pública serão inscritas no cadastro geral do órgão competente da Administração Estadual, o qual deverá receber e averbar a remessa dos salários circunstanciados, a que ficam obrigadas as entidades a apresentar anualmente, dos serviços que prestam à coletividade no ano anterior.

Art. 3º Será cassada a declaração de utilidade pública da entidade que comprovadamente:

I - deixar de apresentar, durante 03 (três) anos consecutivos, sem motivo justificado, o relatório anual a que se refere o artigo 2º desta lei;

II - deixar ou se negar a prestar os serviços compreendidos nos fins estatutários para a qual foi constituída;

III - remunerar, sob qualquer forma, os membros da sua diretoria, ou conceder e distribuir lucros, bonificações ou outras vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados.

Art. 4º O Poder Executivo expedirá à entidade declarada de utilidade pública, diploma alusivo à concessão do título, contendo o número da lei e respectiva sanção.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI Nº 638/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Umuarama - ADEFIU, município de Umuarama, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública tem sua sede e foro na R. Governador Ney Braga, 5153, sala 12, Ed. Verdes Mares, Zona I, em Umuarama, Paraná.

A Associação dos Deficientes Físicos de Umuarama é uma associação sem fins lucrativos, sendo a legítima representante dos deficientes físicos de Umuarama e tem por objetivo: buscar a reabilitação, treinamento, formação profissional, educação integral, assistência e promoção humana da pessoa portadora de deficiência, possibilitando a integração social; servir de apoio aos deficientes físicos junto à comunidade, procurando eliminar barreiras físicas, sociais, culturais, legais, psicológicas e religiosas existentes ou que venham a existir; fomentar a união entre as entidades representantes dos deficientes, buscando atuar em conjunto para solucionar questões em comum; proporcionar reais condições para o necessário atendimento médico, odontológico, de locomoção, escolar e social das pessoas portadoras de deficiência física, comprovadamente carentes, através de órgãos governamentais e da comunidade; contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e das instalações públicas usadas pelas pessoas portadoras de deficiência física, celebrando para tanto, contratos e convênios com a administração pública e organizações não-governamentais e pleitear junto aos poderes públicos, medidas concretas para desenvolver técnicas adequadas e treinamento de pessoas no campo da educação para pessoas portadoras de deficiência física.

A documentação que instrui este projeto encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há orador inscrito no Pequeno Expediente. Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (Democratas)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Na verdade eu iria usar esta tribuna no dia de ontem, mas como o Pequeno Expediente já estava lotado e mesmo o horário da Oposição e do meu partido foram ocupados pelos respectivos Líderes, fizemos no dia de hoje.

Ontem pela manhã tivemos uma Audiência Pública da Comissão de Saúde, presidida pelo Deputado Ney Leprevost. A Audiência Pública teve o objetivo de tratar sobre a questão dos hospitais psiquiátricos no estado do Paraná. Aliás, os hospitais psiquiátricos no estado do Paraná atravessam uma fase muito difícil. E foi motivo, por parte da nossa pessoa, mês de maio, junho, apresentar um pedido de informações junto ao Governo do Estado, para ver qual seria o gasto que o Hospital Adauto Botelho tinha com o custo financeiro/dia para esse paciente.

Para os Srs. Deputados terem uma idéia, o SUS paga hoje para os hospitais psiquiátricos no Paraná ou para o Brasil inteiro, não chega a R\$ 30 a diária que os hospitais recebem do SUS para atender os internados, dar a assistência médica necessária, tem que ter psicólogo, pedagogo, enfim, tudo que a lei requer e exige que os hospitais têm que oferecer para uma pessoa que esteja internada.

Pois bem, quem paga isso para os hospitais é o SUS, e os hospitais particulares no estado do Paraná, seja em Maringá, seja o hospital psiquiátrico em Londrina, seja em todos os municípios do estado do Paraná, da minha cidade de Marechal Cândido Rondon, em Cascavel o hospital psiquiátrico já desativou, se descredenciou do SUS porque não recebe o suficiente.

Vamos mostrar para o Governo do Estado e para o Governo Federal, que fizemos um pedido de informações e aí que peço a atenção dos Srs. Deputados e da imprensa do Paraná: olha quanto o hospital do estado o Adauto Botelho gasta e qual é o custo diário de um internado.

O Adauto Botelho gastou no mês de abril deste ano, só em folha de pagamento, 548 mil. Vamos dividir isso 30 dias. Isso dá um custo de R\$ 18 mil 269. Vamos dividir isso por 126 pacientes, teremos um custo diário de R\$ 144 só em folha de pagamento. Mais R\$ 13,80. É o custo apresentado pelo Hospital Botelho, aqui de Curitiba. Somando com R\$ 144, chegamos à casa dos R\$ 160 o custo/dia do paciente. Como é que um hospital particular pode sobreviver, receber menos do que R\$ 30...

Concluo, Sr. Presidente. É um tema, sem sombra de dúvida, que haveremos de debater muito. E o que é que decidimos ontem? Que a Comissão de Saúde, mais o Deputado Cheida e mais a nossa pessoa, em conjunto com os hospitais psiquiátricos do estado do Paraná, posamos estudar uma nova planilha do custo financeiro que os hospitais necessitam para sua sobrevivência.

Para encerrar, digo o seguinte: o Governo Federal nos parece que quer desativar os hospitais psiquiátricos no Brasil. Ora! Onde é que vão aparar estas pessoas que têm deficiência? E alguém disse, no palavreado simples, os "loucos" vão para onde? Para a rua? Viver com a comunidade? Então, tem que ser dado um tratamento diferenciado para essas pessoas. E o Governo Federal e o Governo Estadual têm a obrigação de rever isto, porque se o custo/paciente para o Governo do Estado custa R\$160, e não se conta nem os 4 Diretores, combustível,

carro, que não estão no custo/planilha. E a Dr. Emília, que é Diretora do hospital psiquiátrico lá de Maringá, diz que o custo/paciente para o hospital estadual é de R\$ 240.

O estado, claro que sobrevive, porque é o estado quem está bancando. Mas, como é que um hospital particular vai sobreviver? Não existe fórmula, não tem mágica! Todos os hospitais psiquiátricos fecham em vermelho, mês a mês. Está claro e definido, se não houver um reajuste, vão desativar todos os hospitais psiquiátricos no estado do Paraná. E aí estaremos vivendo com um problema sem precedente.

Com toda certeza haveremos de tratar deste assunto nas próximas vezes, até de repente no Grande Expediente, para que possamos conceder os apartes aos Deputados interessados em debater este assunto.

Muito obrigado.

#### O SR. LUIZ MALUCELLI (PSDB) (Pela Ordem)

Queria parabenizá-lo pelas suas palavras, sempre brilhantes e ocupando a tribuna com assuntos pertinentes ao povo do Paraná. Gostaria de saudar os Vereadores de Enéas Marques e em especial ao Prefeito de Santo Antonio da Platina.

### ***Grande Expediente:***

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bem-vindos.

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

#### O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Hoje nesta tribuna vou colocar alguns temas importantes para discutirmos aqui no Parlamento. Alguns requerimentos meus estarão na Ordem do Dia de hoje, que são requerimentos que visam buscar algumas informações a respeito de alguns fatos. Recebi ontem, Sr. Presidente, e estou analisando, apesar de não caber a mim, mas como membro desta Casa também posso analisar, mas já recebi uma cópia do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado referente às contas do Governo Requião de 2006. Já está em minhas mãos! Claro que não sou o Relator, pois o Relator é o Deputado Reni Pereira e ele haverá de relatar e esperarei o seu relato para que depois do relato do nosso eminente Deputado Reni Pereira eu também possa fazer uma análise. Mas, esta aqui é a cópia do parecer prévio e, aliás, eu nunca tinha conseguido um parecer prévio tão amplo como este e, Deputada Beti Pavin, fui daqui a Ponta Grossa ontem embaixo de chuva e quando cheguei em Ponta Grossa já tinha lido tudo isto aqui. Dei risada daqui até lá! Foi uma “risadaiada” daquelas históricas. Deputado Elio Rusch, o que dei de risada daqui a Ponta Grossa, e cada vez que eu ria o meu motorista ficava apavorado e dizia: o que está

acontecendo, está ouvindo alguma piada? Eu falava: não, estou lendo o relatório, o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.

Aqui está a pérola que a Comissão vai analisar. Não vou falar antes, porque isso cabe à Comissão da Casa e temos que respeitar, apesar de que nada me impede de falar sobre esse relatório. Mas, vou esperar o nosso Relator, até pelo respeito que tenho pela Comissão, e vou esperar o parecer porque fiquei abismado do que vi aqui. Fiquei abismado! Tudo o que vi aqui, a maioria dos Prefeitos do Paraná são anjinhos! Mas, esse é um papo que, como dizia o velho Aníbal Khury: “Atrás do balcãozinho é diferente do que na frente”. Porque na frente do balcão você chega lá e diz: me dá um pinga assim. Agora, se você vai oferecer a pinga depois, como dono do bar, é duro. Ser Prefeito é difícil. Antes de ser Prefeito é fácil, mas depois é difícil. Mas, enfim, vendo isto aqui, estou admirado!

Estou analisando e vou aguardar o procedimento do nosso querido Deputado Reni Pereira e depois do parecer técnico-financeiro dele também vamos emitir um parecer técnico-jurídico em cima de contas aprovadas no estado do Paraná. Só isso!

Deputado Dobrandino, Deputado Elio Rusch, Deputados de Santa Helena, estou recebendo um manifesto - e acho que V. Exas. receberam também - a respeito da questão de segurança na região de Santa Helena. Recebi aqui um documento assinado pelo Prefeito, por Vereadores e por todos os membros da comunidade, chamando a atenção para a Força Tarefa que está em Foz do Iguaçu, que está fazendo um grande trabalho. Isso tem levado muitas quadrilhas para a região de Santa Helena, porque é uma cidade que também tem acesso ao Paraguai e em função do porto.

Então, a comunidade de Santa Helena pede socorro ao Governo Federal e ao Governo Estadual, mas principalmente ao Governo Federal. Santa Helena vive um momento difícil, Srs. Deputados, porque a Operação Padrão feita em Foz do Iguaçu está fazendo com que muitas quadrilhas estejam operando pelo porto de Santa Helena. E o povo de Santa Helena pede socorro, pede ajuda. Eu estarei encaminhando um requerimento também pedindo ao Presidente da República que tome providências, que coloque também mais estrutura na nossa querida Santa Helena, que tive orgulho de trabalhar por duas vezes como radialista e recebi este pedido, e jamais poderia deixar de me pronunciar a favor daquele povo, um povo simples, um povo trabalhador, e que está sofrendo agora com essa operação que está sendo feita em Foz.

#### O Sr. Elio Rusch (Democratas)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Jocelito, estava conversando com o Deputado Duílio Genari, ainda na semana passada, sobre a questão da segurança pública. Estou preparando, na verdade, um pronunciamento para a semana que vem,

devo usar também o Grande Expediente. Na verdade, a região do lago de Itaipu, desde Foz do Iguaçu até Guaíra, tem que ter um tratamento diferenciado dos demais municípios. Por que diferenciado? Não adianta você levar os policiais, instalar operações especiais no Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, nos grandes centros, quando na verdade a nossa fronteira com o Paraguai está desguarnecida. O Governo tem que se convencer que passam pelo lago de Itaipu, pela facilidade, não só os objetos furtados aqui do Brasil e são transportados para o Paraguai, mas é usado o lago de Itaipu para trazer para o Brasil os contrabandos, seja droga, ou seja armamento. Tanto é que, Deputado Jocelito, nos últimos dias, a grande imprensa, não a imprensa local e regional, mas a imprensa nacional, tem mostrado as apreensões que houveram ao longo do lago do Itaipu, tanto de drogas como de armamentos, aliás, armamento apreendido em alguns municípios, e escondido em alguns lugares pela Polícia Federal e pela própria Receita Federal, armamento bem maior, bem melhor, mais pesado do que o armamento usado pela Polícia.

Por essa razão, só quero, neste aparte que V. Exa. me concede no Grande Expediente, dizer que na próxima semana eu estarei fazendo um pronunciamento também sobre essa questão da segurança pública envolvendo os municípios lindeiros ao lago de Itaipu, porque é lá que residimos, lá que temos a nossa base, e sabemos o que acontece no dia-a-dia naquele município. E reclamo não só do Prefeito, dos Vereadores, mas é de toda a sociedade. E o que as pessoas nos dizem é que não é o crime que acontece nessa região, mas usa-se a região para levar o armamento e as drogas para os grandes centros. Aonde é que você tem que combater o mal? É na raiz. Então, o Governo Federal, junto com o Governo Estadual, tem que patrulhar e fiscalizar melhor as nossas fronteiras.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado Deputado Elio Rusch.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Jocelito, primeiro obrigado pelo aparte. Quero lhe parabenizar pela sua preocupação que tem com a nossa região de fronteira. E realmente, mais ou menos o Deputado Elio Rusch já sintetizou o que ocorre lá. A pressão é muito grande de mercadoria que vem do Paraguai contrabandeada, desde droga, como disse o Elio, o armamento, e mais mercadorias de informática, essa coisa toda. Com a apreensão da Receita Federal na Ponte da Amizade que arrojou na ponte, se você me perguntar: “Mas acabou com o contrabando?” Pelo contrário, acho que até aumentou. Eu converso com comerciantes lá do Paraguai, danos de exportadoras de lojas, e segundo eles as vendas deles não mudaram em nada, até aumentou o volume. Por onde que passa? Pelo lago de Itaipu. Isso dá margem para que a própria Polícia, não quero generalizar,

mas muitos corrompidos estão ficando ricos “mordendo” os contrabandistas. As grandes gangues de assaltantes vão para lá, porque têm o que roubar. É muito séria a nossa região de fronteira. Por mais que o estado faça o esforço, não tem condições de fazer o que seria necessário.

É preciso que o Governo Federal reforce a Polícia Federal na fronteira. Só assim pode cessar um pouco o banditismo naquela região.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado Dobrandino. Atendendo esse requerimento que recebi estarei pronto para lutar.

Deputado Alexandre Curi, V. Exa. me fez uma pergunta ontem, quando eu escrevia um pedaço do meu livro. Perguntou se no livro que estou escrevendo haverá citação do seu saudoso avô Aníbal Khury.

Garanto, com toda certeza, que a presença do eminente “guru” já está garantida no livro, até porque estou com um documento na mão e que infelizmente não posso revelar hoje, mas é um documento que mostra que o velho “guru” não estava errado. O que tem neste documento é muito grave e restabelece alguma coisa injusta neste Paraná.

Vai ter hora para apresentar esse documento. Quero ler para que o Deputado Alexandre Curi se orgulhe do Deputado Aníbal Khury. Às vezes ele errava um pouquinho, mas acertava bastante.

Esse documento vai fazer muita gente chorar, muita gente vai se descabelar. Mas, por enquanto, não dá para revelar. Tudo tem hora!

É um documento oficial. Não é balela. É uma bomba na cabeça de alguns que dizem que são moralistas; é um tiro no coração de falsos moralistas, e tem a participação do saudoso Aníbal Khury.

Agora quero falar com o Deputado Luiz Claudio Romanelli. Hoje não é sobre as televisões. As televisões foram R\$ 700 mesmo. V. Exa. vai trazer a nota e acaba a confusão.

Deputado Dobrandino da Silva, elogio o Governo pelas coisas boas que faz. Não posso ser injusto com o Deputado Nelson Justus. Quando, no momento em que fui Prefeito, conseguimos fazer a maior industrialização da história de Ponta Grossa, graças a nosso Presidente hoje, na época Secretário Nelson Justus, sempre rendo as minhas homenagens a ele por levar as indústrias para Ponta Grossa.

Não posso ser injusto com o Governador Roberto Requião, tanto é que mesmo sofrendo a pressão e gostando do Senador Osmar Dias, por quem tenho um grande carinho, eu apoiei o Governador Requião, porque achei que era justo eu dar o meu apoio a alguém que está construindo obras que a cidade nunca teve, como por exemplo, um hospital regional, que nunca teve em Ponta Grossa. Eu sempre sonhei, como Prefeito, e não consegui fazer, não consegui ninguém que me ajudasse, mas está

saindo. Vejo tantas obras, a própria Estação Rodoviária de Ponta Grossa, que é dinheiro do Paraná Urbano, conseguimos num diálogo com o Governador. Plenamente, só tenho que elogiar. As coisas vão melhorar.

Deputado Edson Praczyk, Deputada Rosane, Deputado Camargo, o que dói em nós é que tudo isso ainda vai acontecer e, de repente, Deputado Edson, eu tenho que falar, aqui, que mais uma criança morreu por falta de UTI, uma criancinha de 1 ano. Hoje pela manhã, um pai chorava na rádio e dizia: “Deputado, eu sei que o hospital é bom, mas vai demorar 1 ano e meio ainda. O meu filhinho morreu!” Ele ficou 17 horas, agoniado, esperando uma vaga na UTI. Podia ser o meu filho! Podia ser o filho de algum de nós, aqui, os Deputados! Uma criancinha que morava num bairro humilde, Parque Nossa Senhora das Graças, chamado Douglas. Um aninho, gente! Dezesete horas de angústia, de agonia, Srs. Deputados! Dezesete horas aquela criancinha esperando uma vaga de UTI e ninguém se movimenta. O estado coloca naquela fila da Central de Leitos, mas não vai, não caminha!

Estive em uma reunião da Comissão de Saúde, em Ponta Grossa, e lá o Dr. Gilberto diz: “Quando não tiver leito, interna em particular!” Mas alguém está errado porque mais uma criança morreu! Está aqui! O Jornal Diário dos Campos diz, hoje, que a culpa é do Governo do Estado que não repassou o dinheiro que era para repassar para colocar as UTIs lá no Hospital da Criança. Não temos UTIs pediátricas, hoje, Dr. Batista, na região dos campos gerais! Não temos! Temos meia dúzia de UTIs neonatais, mas pediátricas não temos! Aquela pobre criancinha de 1 ano entrou às 2h da manhã no hospital. Agonia, tristeza, sofrimento. No outro dia, às 19h, faleceu por falta de UTI. Daí eu me pergunto: está bem o Governo? Está fazendo? Está, mas é futuro. Quanto vale uma vida?

Vejo o Prefeito de Ponta Grossa comprar um clube em Ponta Grossa. Ele comprou o antigo Clube Guaíra para fazer não sei o quê. Vejo um Vereador de Ponta Grossa, chamado Baixinho, que mora numa favela, um Vereador humilde, que anda conosco, sendo erguido pelo colarinho no pronto-socorro. A Guarda Municipal o prendeu por desacato porque ele foi salvar uma vida! Um Vereador que mora na favela, que não perdeu suas origens, que continua lá no povo, foi ver uma criança e lhe pegaram pelo pescoço e lhe disseram: “Não, aqui não!” Deu confusão, termo circunstanciado e, depois, o troféu. Alguém ligou para alguém: “Olha, pegamos o baixinho, demos um corretivo nele!” Não deram um corretivo no Vereador Baixinho, eles deram um corretivo no povo, porque a indignação daquele Vereador é a indignação do povo.

Por isso, admiro as coisas boas que o Governador Requião faz e tudo de bom que ele fizer, vou apoiar, as coisas boas que ele fizer, vou aplaudir. Mas não agüento mais ver que praticamente todo dia falta um leito de UTI.

Sabem quem está morrendo, Deputado Strapasson? As nossas crianças. Está morrendo a nossa juventude, os nossos filhos.

O Diretor do hospital diz o seguinte, Marlos: “Nenhum leito foi instalado na instituição, por conta da falta de repasse de verbas, pelo Governo do Estado. O Vice-Governador esteve lá e disse que seria liberado o dinheiro. Nada. Não liberaram o dinheiro”.

Hoje, quando eu saía da Garagem da Esperança, uma mãe me pegou na saída e disse o seguinte: “Deputado, vi o senhor falando da criancinha, hoje, na rádio. O senhor pediu tanto para votar no Requião. O senhor lembra? E agora, Deputado, o que fazemos? Fiquei sem resposta, porque pedi, eles atenderam e votaram.

Agora, as nossas crianças continuam a morrer. Uma vez, me lembro, fiquei chateado com o Requião, quando ele disse, Sr. Presidente, que UTI não salva vidas, porque se salvasse vidas, ele colocaria uma no Canguiri e não iria morrer nunca mais. Aquilo me chocou. UTI, Dr. Batista, salva vidas, sim. Como também, às vezes não salva. Você diz para o pai: não tem leito de UTI. “O meu filho está morrendo. O que eu faço?” Não tem o que fazer. Tem que esperar vaga. Daí, eu me lembrei, Deputado Edson e fiquei indignado com o Prefeito de Ponta Grossa, porque a Prefeitura poderia ter interferido, contratado um leito particular, porque a criança estava dentro do hospital municipal. A Prefeitura, poderia ter bancado, como banquei outro dia - não posso bancar toda hora! Deveria ter bancado a internação daquela criança, em um leito de UTI, em Curitiba. O médico diz, aqui, que não havia vaga, nem no particular. Mas fui investigar para ver se era verdade. Não é verdade! Tinha vaga, sim! Segunda-feira tinha vaga, em Curitiba, no Hospital Vita, nos leitos pediátricos.

Ninguém se preocupou. Jogam para o Requião, jogam para o Prefeito, joga-se uma vida no lixo, joga-se uma criança no lixo, tira-se a vida de uma criança, porque alguém não cuidou e que poderia ser um filho nosso.

Eu elogio as coisas do Governo. Está na hora de o Governo tomar providências. Em time que está ganhando não se meche, mas time que perde, tem que trocar, imediatamente, senão acaba o time.

Quero fazer esse apelo aqui, porque hoje, e não é um caso só, estou falando de um porque eu fui buscar a documentação - 17 horas na fila, Dr. Batista, V. Exa. é médico - aquele outro menininho, salvamos porque a UTI salvou, mas esse passou 17 horas - e não venham com papo furado que estamos fazendo, eu acabei de falar que nós estamos fazendo, eu acabei de elogiar o que está sendo feito, mas vamos resolver isto aí, vamos parar de gastar dinheiro de bobeira e vamos partir para colocar as UTIs em funcionamento!

A prefeitura diz que a culpa é do estado que não passa o dinheiro. E agora? Vamos fazer o quê? Vamos reclamar do passado? Não, não vamos mais reclamar do passado, não. Vamos cuidar do presente, vamos olhar o presente já, o futuro estamos construindo, sim, mas temos que cuidar do presente, porque é hoje que estão morrendo as criancinha! Está aqui, estão morrendo as criancinha!

Mas, Sr. Presidente, esta tal de Carta de Puebla? Sr. Presidente, o que é esta Carta de Puebla? V. Exa. que é mais estudioso do que eu, o que vem a ser esta dita cuja Carta de Puebla que só funciona para a CEQUIPEL, só funciona para a PAVIBRAS? Não funciona para o pobrezinho do menininho lá do bairro, do Parque Nossa Senhora das Graças. O que diz esta Carta de Puebla? Ou será que eu vou ter que pegar esta Carta de Puebla, trazê-la aqui e rasgá-la de novo?

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PTB***

Que Carta de Puebla é esta que ajudamos a continuar no poder? Quem é o pai que mata um filho? Alguém tem coragem de matar o seu filho? Alguém aqui tem coragem de matar o seu filho? Não, não ninguém tem coragem de matar o seu filho, só se estiver louco! Daí pergunto eu: quem são os filhos do Governo? É o povo nosso da Carta de Puebla! E esse povo está morrendo no presente, e não me venham com lero lero do passado que tinha 17, hoje tem 30, eu não estou falando do passado e nem do futuro - do futuro eu já falei, eu acredito, porque está sendo feito - eu estou falando do momento, hoje, agora, neste momento, e olha, eu posso falar, sim, eu não sou da Oposição, não, eu ajudei a eleger este Governo, eu pedi voto.

Hoje a mãe disse: “Deputado Jocelito, o senhor falou na rádio hoje, o pai chorou, o pai tremia, chorava, contava a história da criancinha, é uma criancinha de 1 ano, mas o senhor pediu para eu votar no Requião e eu votei” - E eu respondo o que? Eu não posso dizer para ela: não, senhora, calma, este é o Governo da Carta de Puebla, porque na campanha eu falava da Carta de Puebla, é o Governador das pessoas mais simples, só que estamos vendo as pessoas mais simples sendo vítimas da nossa incompetência, porque não tem o que explicar, é ficar sem explicar, sim, porque uma pessoa morreu, um ser humano!

De repente a criança estaria na UTI e iria morrer também, mas pelo menos teria a oportunidade de estar viva, de tentar viver.

Por isso, Srs. Deputados, isto aqui não é discurso de Oposição, não, isso aqui é um manifesto, é um desabafo de um Deputado que andou com a bandeira do Requião pelas ruas de Ponta Grossa, que andou pelos bairros, que falou nessa maldita Carta de Puebla, que neste momento não é cumprida! É um desabafo de alguém que vive lá na base, todo dia, que levanta às 6 da manhã, que está no bairro, é o desabafo: cansei de ver crianças morrendo por falta de leito de UTI! Até quando, até quando vou precisar subir aqui, discursar? Para alguns Deputados dizerem: “Lá vai o Jocelito que só fala, fala, fala.” mas o que eu posso fazer? Não posso pegar uma faca, botar na garganta do Requião e dizer: estão morrendo crianças! Então, cabe a mim o quê? Cabe a mim protestar, cobrar, pedir, exigir, mostrar, chamar a atenção! Isso eu estou fazendo!

Então, Srs. Deputados, peço encarecidamente, ao Governador que eu ajudei a eleger, não sei se eu transferei votos suficientes para ele ganhar a eleição, mas acho que arrumei, pelo menos o meu ele teve, da minha filha, dos mais chegados, acho que faço parte daquele grupo de 5 mil pessoas que o ajudaram a ser Governador. Apelo a ele que deixe de ser ranzinza, deixe de confusão, que vá cuidar das criancinhas de Ponta Grossa! Deixe de confusão que não leva a lugar nenhum! Vamos cuidar das nossas criancinhas!

Queria fazer um pedido final: que o nosso Governador voltasse a Ponta Grossa para ver o que eu estou falando, para ver que tem alguns cargos do estado lá que não funcionam, que têm políticos indicados que não funcionam e sobra para ele, mas ele tem que ir a Ponta Grossa. Já passou a eleição e o Roberto não foi a Ponta Grossa ainda, não foi Ponta Grossa ainda! E o que eu digo? Lá me perguntam: “Jocelito, o Roberto vem ou não vem? O Roberto já ganhou e agora ele vem na hora que acha que deve”. Antes ele ligava: Estou indo, vou ao Bar do Camarão, vou ao Bar do Tito, vou ao Sr. Petrúquio, vou ao bar não sei onde.” Roberto ia e agora Roberto não vai, não sei por quê. Eu estou lá, brigando pela Carta de Puebla, sofrendo pela Carta de Puebla e com vontade, Deputado Anibelli, de pegar esta carta de vez em quando e, com todo respeito à nossa Igreja Católica, de rasgá-la! E que ninguém diga que não estou valorizando o Governo! Puxa o saco do Governo é arte de quem está atrelado a alguma coisa. Eu ajudei a eleger este Governo e vou criticá-lo para que ele possa cumprir aquilo que assumimos com o nosso povo: respeitar o povo!

Por isso, Deputado Zucchinho, V. Exa. me dizia: “É o Osmar, Jocelito, fique com o Osmar, o PDT de Osmar Dias.” Aliás, nunca fiz um pronunciamento contrário, sempre respeitei na campanha. Se tivesse que tirar um voto batendo no Osmar, não saía esse voto, mas V. Exa, me cobrava e agora eu sou cobrado aqui!

Quero que seja colocado nos Anais da Casa. Gos-taria, Sr. Presidente, de incluir esta nota de hoje: “Criança morre por falta de UTI.” Responsabilidade do Diário dos Campos.

Quero dizer que o Diretor do hospital falou que não tinha vaga, nem particular. Não é verdade, eu tenho prova que tinha vaga, aqui em Curitiba, particular. Na hora que alguém precisar, é só me pedir que eu tenho o documento.

Agora, por favor cansei, estou cansando de ter que todo dia ter que anunciar o falecimento das criancinhas, são 7 da manhã, morreu mais uma criancinha. Morreu o Douglas, lá do bairro, pobrezinho. Ele era filho do seu Leandro, mas também era filho da Carta de Puebla. Ele nasceu na eminência do cumprimento da Carta, ele morreu porque o que diz a Carta de Puebla no presente, não está sendo cumprido. No futuro está se preparando, no passado já foi, não queremos falar. Morreu mais uma criancinha, 1 aninho, sem direito de dizer: “Quero viver, me dêem uma chance, quero viver”.

Meus irmãos do Paraná, como ouvi essa frase: “Rezem por mim”. Uso essas mesmas palavras ao terminar para dizer: meus irmãos do Governo do Paraná, vamos salvar as criancinhas da Carta de Puebla, porque afinal eles são nossos irmãos. No futuro eu acredito, o passado já morreu e eu quero é cuidar do presente. Meus irmãos do Governo que eu ajudei a eleger, meu irmão Requião, você nos chamou e nós viemos. Agora, quem lhe chama são as criancinhas indefesas que estão morrendo e dizendo: “Requião, Requião nos salve.”

## ***Horário das Lideranças***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário da Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV concedo a palavra a Sra. Deputada Rosane Ferreira.

### ***Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quando estava vindo para cá, ouvindo uma das rádios que tocam notícia, ouvi o Dr. Constantine falar e ele dizia algo, rapidamente, com relação ao nosso dia, ao dia de hoje, 29 de agosto, Dia Nacional de Combate ao Fumo.

(Lê):

“De acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), atualmente morrem 3 milhões de pessoas por ano em função do cigarro.

Metade dos 6 tipos de câncer que mais matam no Brasil tem o cigarro como principal fator de risco.

O fumo é responsável por 90% dos casos de câncer de pulmão, causador de 12 mil mortes por ano no país. No pulmão, além de câncer, o uso do cigarro promove várias outras doenças graves. O enfisema e a bronquite, doenças pulmonares obstrutivas crônicas, são doenças graves causadas, na grande maioria das vezes, pelo hábito de fumar.

Além disso, o cigarro está relacionado à causa de tumores malignos em vários outros órgãos como: boca, laringe, pâncreas, rins e bexiga.

Das mortes causadas pelo fumo, 25% são decorrentes de doenças coronarianas, como infarto do coração.

Os fumantes correm quase o dobro do risco dos não fumantes de sofrerem um infarto do miocárdio ou morte por doenças coronarianas.

O cigarro causa lesões nos vasos sanguíneos de todo o corpo, propicia acidentes vasculares cerebrais, mais conhecidos como derrames, e aumenta a concentração de LDL (colesterol mau) e diminui a concentração de HDL (colesterol bom) no sangue.

Desde 2000, quando entrou em vigência a Lei nº 10167, o Brasil vem fechando o cerco contra o consumo de cigarro. A lei restringe a propaganda do produto, os pontos de venda e locais de consumo.

Ficam proibidos os anúncios nos meios de comunicação (inclusive internet), anúncios em outdoors, placas e

cartazes luminosos. Fica proibida, também, a distribuição de qualquer tipo de amostra ou brinde, a venda de cigarros em estabelecimentos de saúde, o consumo de cigarros em aviões, independentemente do tempo e duração do voo, a venda do produto por via postal, a realização de visita promocional ou distribuição gratuita em estabelecimento de ensino ou local público e a propaganda indireta contratada, também denominadas merchandising.

Fumar custa caro para saúde e para o bolso do fumante, mas os prejuízos não param aí.

O crescimento ou diminuição do tabagismo está diretamente ligado ao número de casos de doenças cardiovasculares, respiratórias e internações hospitalares.

Ou seja, é melhor e mais barato gastar com o combate ao fumo do que cuidar dos problemas por ele causados.

Gastando menos com as doenças causadas pelo tabagismo, o Governo terá mais recursos para investir em outras áreas da saúde.”

Áreas como, por exemplo, o atendimento a doenças mentais, colocadas hoje, pelo Deputado Elio Rusch.

É muito importante que pensemos nisso. No final da reportagem uma outra questão, aquela rádio que citei no início, uma das duas rádios colocava a questão muito simples do uso do cigarro ser um vestibular para a entrada no mundo das drogas. É verdade. Percebemos isso, o cigarro ainda é, no meio do adolescente, uma das primeiras questões que eles usam para se incluir no grupo. Vamos matar aula para fumar, vamos fumar escondido em tal lugar. Isso realmente é um grande problema para nós. Temos que pensar nisso o tempo todo.

Enquanto Deputada e enfermeira, não poderia deixar de fazer esse registro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças, Bloco PPS/PMN, Democratas.

(Declinam)

PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

### ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhamos para apreciação do Plenário desta Casa - é lógico e natural que vai tramitar pelas diversas comissões, passando inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça - um projeto que visa encurtar o prazo para limpar o crédito de pessoas que hoje popularmente são conhecidas como as que estão com o nome sujo na praça.

Atualmente o prazo para que essa pessoa deixe de ser inadimplente é considerado de 5 anos. Entretanto, algumas entidades, até entidades ligadas ao próprio comércio, já tornaram público em determinado momento,

a vontade de reduzir esse prazo para limpar o nome de pessoas que foram colocadas como inadimplentes. Já chegaram a discutir para reduzir para 3 anos e não o prazo de castigo de ficar com o nome sujo por 5 anos.

Tem gente que comprou uma panela de pressão, fez compra no crediário, alguma dívida no banco, às vezes um cheque que faltou pouca coisa na conta e o banco encerrou a conta, mandou para SERASA, mas alguém pode dizer assim: “Uma matéria financeira é atribuição do Governo Federal”. No sistema bancário sim. Entretanto, estivemos conversando com pessoas da área jurídica e vimos que não há nenhum impedimento para que esta Assembléia Legislativa dê uma contribuição que venha ao encontro de quem está com o chamado nome sujo na praça. E também vem ao encontro do interesse do próprio empresário, que seria reduzir esse castigo do chamado nome sujo, ao invés de 5 anos, se o nosso projeto for aprovado, reduziria para 2 anos.

Será que isso vai machucar e vai quebrar o nosso comércio? Não vai não! Os grandes proprietários das grandes lojas de departamentos, empresários, inteligentes, constantemente colocam anúncio no rádio, no jornal, na TV, fazem mídia convocando quem está inadimplente, quem está com o nome sujo na praça para que faça uma composição de dívida. Muitas vezes uma dívida está bem alta, mas numa negociação do credor com o devedor, essa dívida baixa bem o seu valor. É uma composição saudável para o empresário. Tanto é que os grandes empresários têm chamado os inadimplentes para negociar. É bom também para quem está com o crédito cortado.

Hoje, acreditamos que no Paraná tenhamos mais de 500 mil pessoas que, por causa de uma dívida que foi protestada, a pessoa fica 5 anos sem poder comprar mais nada, sem poder abrir uma conta no banco, com o crédito totalmente cortado, não pode sequer fazer um financiamento para ter acesso à casa própria.

Vamos lembrar os grandes empresários, que são também interessados neste projeto. Por quê? Quando ele pega um cliente que tem uma dívida lá e o próprio empresário concorda em reduzir o valor da dívida, restabelece o crédito devedor, é bom para a própria loja, porque esse comprador que estava impedido de comprar qualquer outra coisa no crediário, com o crédito restabelecido, fica grato a esse empresário, volta a comprar na loja e é mais dinheiro que entra para o empresário. É o empresário que recebeu uma dívida que estava até perdida e que muitas vezes tanta gente não pôde pagar, porque foi engolida pelos juros violentos que o nosso povo paga quando compra no crediário.

O nosso projeto, se aprovado, vai reduzir para 2 anos para limpar o nome, limpar o crédito - volto a repetir - de mais de meio milhão de pessoas aqui do Paraná, que não podem ter acesso ao crediário, ao banco, não podem fazer o financiamento da casa, porque tiveram seu nome colocado como inadimplente. Está é nossa contribuição.

E por último, nobre Presidente, queremos fazer uma crítica à diretoria da CEF, que é um banco poderoso,

de grande credibilidade, nosso respeito aos economiários, é uma instituição séria, mas a atual diretoria “pisou no tomate”, cometeu uma atitude indelicada, desumana, contra nós os idosos. A Caixa Econômica tomou uma decisão dizendo que nós, a partir dos 65 anos - estou perto de chegar lá - não podemos fazer nenhum negócio para ter casa própria através da Caixa Econômica Federal. O Governo do Presidente Lula lançou, através da Caixa Econômica, um programa chamado PAR - Programa de Arrendamento Residencial, ótimo! Porque o povo luta para se libertar do pesado fardo que é o aluguel, mas, desgraçadamente, contrariando até a postura do Presidente Lula, algum Diretor desumano, que acho que nunca vai chegar aos 65 anos de idade, botou no regulamento desse PAR - Programa de Arrendamento Residencial, que quem tem mais de 65 anos vai morar na favela, debaixo da ponte, vai continuar pagando aluguel, porque com mais de 65 anos, ele não serve para nada! E a postura do Presidente Lula, que tem se mostrado um amigo dos idosos - aliás, hoje quase que nem dá para chamar de idoso quem tem 65 anos, porque a média de vida está aumentando. Foi uma atitude de total desrespeito da Caixa Econômica. É uma afronta à dignidade e à cidadania para com quem tem mais de 65 anos. E é uma afronta, quero crer também, à própria figura do Presidente Lula.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)**

Agradeço o aparte e quero dizer que o tema que V. Exa. trata é um tema importante, porque envolve a vida de milhares de pessoas, especialmente de pessoas da melhor idade e que também têm o direito de ter acesso aos programas habitacionais que são desenvolvidos pelo Governo Federal e pelos Governos Estaduais.

Quero dizer a V. Exa., como Presidente que fui de uma companhia de habitação...

#### **O SR. ANTONIO BELINATI (PP)**

Quanta gente, no Paraná, hoje, se libertou do aluguel e está morando nas casas que V. Exa. pode tornar realidade na Presidência da COHAPAR.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

E que na verdade é um desafio, mesmo. Mas, quero dizer a V. Exa. que neste caso do Programa de Arrendamento Residencial, que V. Exa. se refere, temos que reconhecer que o programa começou por uma medida provisória no Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. E que depois, no Governo do Presidente Lula, ele foi incrementado, porque é um programa bom. Em 15 anos a pessoa paga o arrendamento e está com a escritura do imóvel na mão. E se não pagar, vira aluguel aquilo que pagou e está resolvido o tema.

Agora, efetivamente, onde é que está o problema aí? É que temos um sistema, o Sistema Financeiro de Habitação, que é um sistema que privilegia quem? O capital. E esse capital, desse dinheiro do Fundo de Arrendamento Residencial, é composto de recursos do



FGTS e de recursos da união. São estes dois recursos que compõem esse Fundo.

O que ocorre, na prática, é que essas unidades habitacionais têm que ser seguradas. E como V. Exa. deve saber, a seguradora da Caixa é a Caixa Seguros, que é uma empresa multinacional, pertence a um grupo francês, que foi privatizada ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, e ela não faz apólice de seguros para pessoas com mais de 65 anos. Nem ela e nenhuma outra seguradora, por conta daquele fabuloso índice de corte da faixa etária média do brasileiro.

Então, efetivamente nós, via Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social, vamos criar um fundo que possa, de fato, compor a eventual indenização do FAR quando do eventual falecimento de uma pessoa com mais de 65 anos ou efetivamente a Caixa Econômica, como agente financeiro e gestor dos recursos do FAR, não vai conseguir conceder os financiamentos.

Digo isso a V. Exa. porque discuti esse tema e me aprofundei nele, passei mais de 2 anos discutindo essa questão com a Caixa Econômica Federal e, de fato, é um tema relevante. Mas, penso que o seu pronunciamento contribui para que possamos, de fato, encontrar uma solução e garantir o direito à cidadania das pessoas que têm mais de 65 anos.

Parabéns a V. Exa. por abordar esse tema que envolve a habitação, V. Exa. que também foi um grande construtor e que fez mais de 25 mil casas na cidade de Londrina como Prefeito e ficou famoso no Brasil inteiro por isso, inclusive!

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente e nobre Deputado Romanelli, pudemos edificar em Londrina 35 mil moradias, onde moram mais de 160 mil pessoas. Agradeço V. Exa., que é um mestre na área de habitação!

terminando, o Presidente Lula, deve intervir nessa questão e a nossa sugestão é que a diretoria da Caixa Econômica não pode continuar aceitando imposição, porque isso é uma discriminação, é um ato desumano, uma falta de respeito com brasileiros e brasileiras que têm mais de 65 anos de idade e que têm o direito sim, de ter o acesso, sair do aluguel e conquistar a sua casa própria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, vou muito rapidamente solicitar a V. Exa. que possa tramitar nesta Casa e V. Exa. possa sugerir a criação de uma Comissão Especial para analisar a constitucionalidade da emenda proposta pelo Governador Requião no dia 16 de novembro de 2004,

que trata de acrescentar ao artigo 210-A, ao Capítulo VI do Título VI da Constituição Estadual e do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma Carta, sobre um tema que envolve um direito da humanidade, que é o direito à água.

Recebemos nesta semana ainda a visita, no Paraná, da madame Daniele Miterrand, que veio e fez uma série de palestras, participou de uma série de eventos e tratou de um tema que é um bem essencial à vida, que é a água. A água é um bem cada vez mais escasso, por conta, é claro, da profunda destruição da natureza pelo homem. Como se trata de um bem essencial à vida e que é fundamental para a manutenção do equilíbrio do meio ambiente, deve estar subordinada ao interesse geral, ou seja, coletivo da nossa sociedade.

Por isso, o Governador Requião enviou a esta Casa a Mensagem nº 031/04, que tomou a Proposição nº 083/04, que estabelece que a água é um bem essencial à vida e o acesso à água potável e ao saneamento constituem um direito humano fundamental e estabelece um conjunto de critérios que garantem que a gestão tem que ser sustentável e a água, na verdade, é um bem público.

Por isso, queria solicitar a V. Exa., e me pediu hoje o Governador Requião que pudesse tramitar nesta Casa essa emenda constitucional, que é fundamental em relação à preservação das gerações futuras do nosso estado, e claro, do nosso país.

Por isso, quero solicitar que V. Exa. possa designar uma comissão especial para poder, de fato, fazer com que processo legislativo em relação a essa Mensagem nº 031 de 2004 possa, efetivamente, acontecer nesta Casa.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço pela sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero antes de passar para a Liderança da Oposição, cumprimentar V. Exa., Deputado Romanelli, pela iniciativa, porque esse pedido já vem de alguns anos atrás, e nós, antecipando inclusive e atendendo o pedido de V. Exa., já montamos, através de um memorando, solicitando aos Líderes do PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP, Bloco PSB/PL/PRB/PV, a indicarem membro partidário para a constituição dessa Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar sobre essa Proposição nº 083/04, de autoria do Poder Executivo, que acresce o artigo 210 ao capítulo VI do Título VI, e também artigo 60 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Vamos passar uma cópia da proposição e deste memorando aos líderes dos partidos para que tenhamos andamento nessa questão, porque efetivamente é de extrema importância, e que sabemos que essas PECs só andam quando o proponente vai atrás, empurra, senão ela pára mesmo. E foi o que aconteceu de 2004 para cá.

Portanto, eu o parabeno. Já estou com o memorando aqui pronto, apenas com uma correção aqui de um partido, mas já vamos pedir que seja refeito.

Liderança da Oposição com a palavra.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quem vai usar o horário é o Deputado Ney Leprevost, mas apenas queria registrar, na certeza que nós, amanhã, vamos falar do café da manhã que tivemos hoje. O Líder do Governo, Deputado Romanelli; Deputado Dobrandino, nossa pessoa, Deputado Duílio, diversos Deputados estiveram presentes na Associação dos Procuradores do Estado do Paraná, quando foi falado sobre o tema pedágio no estado do Paraná, que era o tema principal. Ao menos os Procuradores, não a Procuradoria do Estado, os Procuradores transmitiram para os Deputados o que é que está acontecendo efetivamente na questão dos pedágios no estado do Paraná. E posso dizer para o Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, após essa reunião no dia de hoje, que a grande preocupação que sempre tínhamos, que se confirmou na manhã de hoje por alguns Procuradores, que o passivo que vai ficar no estado do Paraná para os futuros Governos pagarem as possíveis indenizações que serão objeto na Justiça, que sem sombra de dúvida alguém vai pagar a conta, e quem vai pagar a conta é o povo do Paraná, diante dos rompimentos unilaterais que acontecem no Governo do Estado.

Então, com toda certeza amanhã, ou na semana que vem, vamos discorrer sobre esse assunto ainda. O Deputado Ney Leprevost vai usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Ney Leprevost (PP)***

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, o tema que me traz a esta tribuna na tarde de hoje é um tema da mais alta relevância. Creio que está na hora, Sr. Presidente, não apenas de a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mas de todas as Assembléias Legislativas do Brasil, das Câmaras Municipais, das entidades que representam a sociedade civil organizada, colocarem em sua pauta de discussões 2 temas inerentes à legislação federal, mas que só poderá ser alterada se houver uma grande pressão de toda a sociedade brasileira.

São questões altamente polêmicas, Sr. Presidente, as que venho defender na tarde de hoje nesta tribuna. A primeira delas é a prisão perpétua para criminosos reincidentes em crimes hediondos.

A segunda das questões, a criação de uma legislação que possibilite aos Juízes decretarem a maioria penal em casos excepcionais, onde é demonstrada a crueldade excessiva do réu.

Curitiba está consternada com o assassinato brutal da jovem Ana Cláudia Caron, ocorrido na semana que passou.

Tenho recebido telefonemas, e-mails de centenas de pessoas que pedem que a Assembléia Legislativa

cobre do Congresso Nacional uma posição mais firme, mais rigorosa em relação aos crimes hediondos.

Sempre agi de forma extremamente tolerante em relação aos detentos do sistema carcerário brasileiro. Até porque tenho a consciência e a convicção de que o homem é produto do meio em que vive.

Lamentavelmente, nosso sistema carcerário tem sido incapaz, na maioria das vezes, de promover a ressocialização dos detentos.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, infelizmente existem pessoas cuja sociopatia é tão agravada que deveriam ser impedidas eternamente do convívio social, sob o risco de cometerem novos crimes e de colocarem a vida de outras pessoas inocentes em risco.

Um criminoso que seqüestra uma jovem, atea fogo nela, pratica um estupro contra essa jovem inocente, tortura essa jovem queimando seus braços com cigarros, mata essa jovem e atea fogo novamente nela, não é um criminoso que pode voltar ao convívio social. É um sociopata que precisa ser encarcerado eternamente.

Por isso, defendo mudanças na Constituição Federal, alterando a cláusula pétrea que proíbe em nosso país a prisão perpétua, alterando essa cláusula, mesmo que necessária seja a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Portanto, quero convidar aqueles que pensam em relação à prisão perpétua, que entendem que o Judiciário, em caso excepcional, poderá vir a decretar a maioria penal de réus de alta periculosidade, que se somem a nós num movimento com as Assembléias Legislativas, as Câmaras Municipais, a sociedade civil organizada, para convencer o Congresso Nacional a promovermos essas necessárias reformas na nossa legislação penal e na nossa Constituição Federal, com intuito de combater a impunidade geradora de tanta criminalidade e, incapaz de conter a violência que assombra as famílias brasileiras.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

**O Sr. Elio Rusch (Democratas)**

V. Exa. ocupa esse espaço com muita propriedade e com muita competência.

No Brasil, o Código Civil e o Código Penal carecem de reparos urgentes.

Acontecem os mais diversos crimes bárbaros no Brasil, basta pegarmos apenas algumas manchetes, algumas notícias, dos últimos dias, onde as pessoas sem coração matam, porque não pode um ser humano fazer o que está acontecendo, hoje.

Por um lado, Deputado Ney Leprevost, temos o direito do menor criminalmente, mas o jovem, o adolescente de 16 anos tem direito de escolher o Presidente da República, o Governador, seu Prefeito, seus representantes no Legislativo, ao passo que ele não é responsável pelos atos que pratica na sociedade. Eu entendo, particularmente, se o cidadão, se o homem ou mulher, tem o direito de escolher seus administradores e seus representantes, também tem o dever de responder pelos atos que ele comete na sociedade.

Aqui na Assembléia nós tínhamos, no passado, um Deputado chamado Alborghetti, o “Cadeia”, e ele dizia o seguinte: “Bandido bom é bandido morto!” Até hoje eu não vi bandido bom. Quando se discute, muitas vezes, a prisão perpétua, a pena de morte, no Brasil e lá fora, e no Brasil alguém defende a pena de morte não sei se vou a favor ou contra a pena de morte, mas tem alguns crimes que acontecem, os bárbaros, como estupro de crianças, assassinato de pessoas, como aconteceu, agora, com a jovem aqui no Paraná. Aqueles bandidos que arrastaram uma criança no carro até que ela viesse à morte, quer dizer, nada mais acontece! Temos, que realmente, corrigir a nossa Legislação, para impor penas mais rígidas para esses crimes bárbaros que acontecem no nosso país.

Parabéns a V. Exa.!

#### O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Agradeço o construtivo aparte, nobre Deputado Elio Rusch.

Particularmente, sou contra a pena de morte, até porque sei que a Justiça comete muitas falhas, muitos erros, agora, a prisão perpétua não, porque você isola o criminoso de alta periculosidade do convívio social, protege a sociedade e, caso seja constatado algum erro no decorrer dos tempos, você pode, evidentemente, corrigir esse erro. Sempre é tempo para reparar esse erro.

Embora eu respeite a revolta, a indignação que faz com que muitas pessoas cheguem até a imaginar que a única solução para combater o crime, no Brasil, seja a adoção da pena de morte. Eu, particularmente sou contra a pena de morte, a favor da prisão perpétua, com trabalhos, os presos trabalhando. Agora, para isso precisamos mobilizar o Congresso Nacional, porque há uma cláusula pétrea, ou seja, uma cláusula na Constituição que só pode ser mudada mediante convocação de Assembléia Nacional Constituinte e que proíbe a prisão perpétua em nosso país.

Acho que está na hora de mobilizarmos a sociedade, mobilizarmos a classe política para cobrar uma legislação mais rigorosa dos nossos Parlamentares Federais. Ao mesmo tempo, temos que levar educação, melhores condições de ascensão social para a nossa juventude. Agora, quem mata, toca fogo, estupra e tortura, não é um crime de origem social, é um crime que está, evidentemente, ligado a uma maldade de um ser humano como esse que, na verdade, é um sociopata que precisa ser afastado do convívio social.

#### O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Ney Leprevost, V. Exa. aborda um tema que dói na alma e no coração de todos os curitibanos, de todos os paranaenses. Ouvi o aparte que V. Exa. concedeu e eu sou totalmente contrário, mas respeito sua opinião. Se nós não fizermos justiça com as próprias mãos, num caso desses, que Deus nos livre aconteça na família de

qualquer cidadão como nós, ninguém segura! Tem que pegar uma metralhadora e sair matando 15 para ver se acha os 2 ou 3 que mataram. Deus nos livre de acontecer uma desgraça com família de gente séria, de gente que tem sangue nas veias e que tem amor aos seus filhos. Somos país. Uma estudante, uma jovem bonita, ser assassinada por 3 ou 4 vagabundos! Tentarmos reeducá-los? Pagar penitenciária, para eles comerem, viverem, exigirem, queimarem colchões e terem o que o Fernandinho Beira-Mar tem: avião a jato e segurança, para transferi-lo de penitenciária. Se tivessem matado toda essa gente, nós estaríamos livres e seguros.

Vamos iniciar um trabalho pela Constituinte, um plebiscito. A maioria do povo brasileiro é a favor da pena de morte, em casos como esse, de estupro ou latrocínio. Começamos por aí. Os ladrões da China, têm a mão direita amputada. Talvez, o Congresso Nacional não tivesse o Ali Babá e tantos quadrilheiros!

Minha gente, Deputado Ney Leprevost, existia antigamente um esquadrão da morte, que eliminava esses bandidos e limpava. Os vagabundos de São Paulo e do Rio de Janeiro, que vêm aqui atrás dos ladrões de Rolex e de automóveis, assaltar no Batel ou matar os nossos cidadãos curitibanos, temos que mostrar que temos personalidade e assumir o que o “Cadeia” dizia: “Ladrão bom é ladrão morto.” Temos que exigir da nossa Polícia. Temos policiais também, que às vezes vão assaltar e roubar.

Precisamos eliminar essa gente matando e o povo sabendo, que aqui no Paraná existe a lei do gatilho, do mais forte, eliminando vagabundos que vêm matar a família paranaense.

Parabéns a V. Exa.

#### O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Agradeço o aparte do nobre Deputado Antonio Anibelli.

Concedo o último minuto do meu pronunciamento ao eminente Deputado Tadeu Veneri, para que faça seu aparte.

#### O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Obrigado, Deputado Ney Leprevost.

Apenas uma sugestão, porque acho que pela condescendência do Presidente, não temos mais tempo. Que pudéssemos fazer, o senhor que é Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, um debate a respeito de um problema que acho gravíssimo, não só em Curitiba, no Paraná e no Brasil - em Curitiba e na região metropolitana tem crescido muito - e que muitas vezes é gerador de inúmeros problemas como esse, que é a quantidade que está sendo hoje vítima, a nossa juventude, a grande quantidade de pessoas que estão consumindo drogas ilícitas.

Falo isso, porque me parece que em um momento como esse, que emocionalmente as pessoas deixam de pensar com a razão - muitas vezes é natural - pensam muito mais com a emoção do momento. Obviamente, que quero pactuar com V. Exa., que pena de morte não é a

solução. Se fosse solução, na Idade Média não teríamos crime. Sabemos que a Idade Média e datas anteriores foram muito mais violentas do que a nossa e não foi por falta de pena de morte. A nossa polícia, muitas vezes, mata muitíssimo mais do que a pena de morte e não resolve.

Quero fazer uma sugestão a V. Exa.: que possamos, dentro do prazo que V. Exa. entender conveniente e esta Casa, Sr. Presidente, fazer um seminário, para começarmos a fazer um debate extremamente sério sobre esse problema, que me parece muito mais grave, do que aquilo que podemos eventualmente vislumbrar, que é o aumento do consumo de drogas ilícitas entre a população de Curitiba e região metropolitana do Paraná.

Obrigado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. tem razão, é um tema, sem dúvida alguma, fundamental. O consumo de drogas é uma questão de saúde pública altamente relevante, assim como o tráfico de drogas é uma questão policial, que precisa evidentemente de um combate firme.

Apenas, para concluir, Sr. Presidente, que fique registrado nos Anais desta Casa. Quero cumprimentar, aqui, publicamente o Delegado da Polícia Federal, Fernando Francisquini, que é nascido em Londrina, mas atuou muito tempo em Curitiba. Ele foi a pessoa que prendeu, em São Paulo, esse colombiano que é um criminoso de altíssima periculosidade. Foi um Delegado paranaense que colocou atrás das grades o traficante colombiano, que estava atuando no Brasil.

Obrigado, Presidente Nelson Justus. Voltaremos a esse assunto em próximas oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência anuncia com satisfação a presença do Vereador Molina, da cidade de Terra Rica, a pedido do Deputado Accorsi. Seja bem-vindo a nossa Casa.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Artagão Júnior, para representar esta Casa de Leis na Reunião do Parlamento do MERCOSUL, a realizar-se na cidade de Montevidéu, República Oriental do Uruguai, com saída prevista para o dia 02 de setembro, com

retorno para o dia 05 de setembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Teruo Kato, para representar esta Casa de Leis na 35ª Missão Econômica do Paraná ao Japão nos dias 04 a 17 de outubro de 2007, nas cidades de Tóquio, Kobe, Kakogawa, Himeji, Akashi e Narita. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Memorando subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, solicitando aos Srs. Líderes dos Partidos PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP e Bloco PSB/PL/PRB/PV, para indicarem membro partidário para a constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar sobre a proposição nº 083/04, de autoria do Poder Executivo. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei em número de 04 (quatro), de autoria do Deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2583, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 30 de agosto de 2007. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2582, de autoria do Deputado Ademar Traiano, com apoio dos Deputados Luiz Carlos Martins, Douglas Fabrício, Cida Borghetti e Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 397/07, item 10 da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

### ***1ª Discussão (Preferência)***

#### **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que altera o *caput* do artigo 1º da Lei nº 14895, de 09 de novembro de 2005, que dispõe sobre tratamento tributário em relação ao ICMS aos estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicações e de informática, em favor de empresas localizadas em Foz do Iguaçu.

PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 057/07, de 30/05/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 397/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto apresentado pelo Deputado Augustinho Zucchi tem por finalidade modificar o artigo 1º da Lei nº 14895, de modo a estender o tratamento diferenciado em relação ao ICMS, que faz alusão a supracitada lei, ao município de Pato Branco, tendo em vista o notável e crescente desenvolvimento tecnológico da região.

**Fundamentação**

Primeiramente, é importante verificar se a iniciativa para legislar cabe a membro da Assembléia Legislativa, ou se está entre os assuntos cuja iniciativa é privativa do Poder Executivo. Para elucidar a questão devemos observar os preceitos contidos nos artigos 65 e 66 da Constituição Estadual, os quais versam:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

*Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;*

*II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;*

*III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;*

*IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.*

Cabe ainda ressaltar o disposto no artigo 53 do mesmo texto legal:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

...

*III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;*

Vê-se, claramente, que a iniciativa cabe ao Parlamentar proponente, pois não há óbice ou limitação constitucional que afaste ou impeça o projeto de transformar-se em lei por vício de origem.

Estando o projeto revestido de constitucionalidade, passemos a analisar sua legalidade frente ao direito positivo brasileiro.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está revestido de legalidade, pois encontra guarida na Lei Complementar nº 095/98.

Quanto ao mérito, o assunto, isenção ou redução de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias, está regrado pela Lei Complementar nº 024/75, a qual estabelece a concessão ou revogação daqueles benefícios mediante convênios celebrados e ratificados pelos estados e pelo distrito federal, vejamos:

*Art. 1º As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos estados e pelo distrito federal, segundo esta lei.*

*Parágrafo Único. O disposto neste artigo também se aplica:*

*I - à redução da base de cálculo;*

*II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;*

*III - à concessão de créditos presumidos;*

*IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;*

*V - às prorrogações e às extensões das isenções vigentes nesta data.*

*Art. 2º Os convênios a que alude o artigo 1º, serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os estados e distrito federal, sob a presidência de representantes do Governo Federal.*

*1º As reuniões se realizarão com a presença de representantes da maioria das unidades da federação.*

*§ 2º A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.*

...

*Art. 8º A inobservância dos dispositivos desta lei acarretará, cumulativamente:*

*I - a nulidade do ato e a ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento recebedor da mercadoria;*

*II - a exigibilidade do imposto não pago ou devolvido e a ineficácia da lei ou ato que conceda remissão do débito correspondente.*

A lei exige a apresentação da necessária estimativa do impacto econômico que a pretendida renúncia de receita pode gerar, determinação esta inserida pela Lei Complementar nº 101/00, *in verbis*:

*Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:*

*I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orça-*

*mentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;*

*II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.*

*§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.*

*§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.*

Assim a lei que ora se altera de autoria do Deputado Reni Pereira do ano de 2005 sancionada e promulgada sob nº 14895 de 10/11/05 neste mesmo governo, encontra-se hígida produzindo os efeitos benéficos aos setores eleitos, no caso Foz do Iguaçu.

Colhemos junto as empresas da região relatório de impacto financeiro, o qual deve instruir o presente parecer em anexo, dando conta de que os valores de ICMS recolhidos aos cofres públicos mensalmente, em média, é de R\$ 111.212,09, que se aplicados os 80% de créditos diferidos vislumbra-se viável pelos resultados que serão obtidos na geração de emprego, produção e desenvolvimento macro-econômico.

#### **Conclusão**

Desta forma, somos de parecer favorável entender-se que o projeto está revestido de constitucionalidade e sendo de iniciativa válida, encontrando guarida na Lei Complementar nº 095/98.

Diante disso, somos de parecer pela aprovação do presente projeto de lei, acolhendo emenda anexa.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 397/07**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessário a apresentação do presente substitutivo geral para contar com a seguinte redação:

*Art. 1º Fica alterado o caput do artigo 1º da Lei nº 14895 de 09 de novembro de 2005, que passará a vigorar com a seguinte redação:*

*“Art. 1º ... Aos estabelecimentos que industrializam produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática, localizados nos municípios de Foz do*

*Iguaçu, Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, municípios com funcionamento nesta data de Universidade Federal Tecnológica, fica outorgado o seguinte tratamento tributário em relação ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS”.*

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Apoioamento:

Caíto Quintana

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 397/07**

#### **P A R E C E R :**

O projeto que ora se analisa dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para o município de Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, especificamente no que tange ao diferimento no recolhimento do ICMS, bem como a concessão de crédito fiscal.

Calha dizer que o projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, de onde recebeu emenda substitutiva geral.

Esta Comissão de Finanças tem por escopo analisar as proposições em seu viés financeiro, qual seja, analisando o real impacto às finanças de nosso estado a ser trazido pela transformação do projeto em lei cogente.

Pois bem, partindo-se desta premissa basilar, há que se serem ressaltados certos aspectos que, de modo cogente, descumprem os ditames legais e até mesmo constitucionais, voltados também para o aspecto financeiro da proposição.

Vestibularmente, necessário se dizer que inexistente convênio CONFAZ autorizador desta iniciativa parlamentar. Ora, isto, de plano, assevera a inconstitucionalidade do projeto. Mas isto pelo viés de constitucionalidade pura.

Nada obstante esta constatação de ordem material, há que se ressaltar e destacar o escopo financeiro do presente projeto.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é matriz para esta comissão exarar seus pareceres. Pois bem, preliminarmente, calha dizer que nos municípios que são alcançados por este projeto já possuem empresas instaladas em seu território, pelo que se deduz que a lei entrando em vigor de imediato estará sendo renunciada receita por parte do estado. Para entender melhor este impacto, transcreve-se o artigo 14 da Lei nº 101/00:

#### **Da Renúncia da Receita**

*Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que*

*deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:*

*I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;*

*II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.*

*§1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.*

*§2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.*

Da simples leitura destes dispositivos legais, percebe-se que o projeto não merece prosperar pelo impacto econômico trazido. O texto da proposição é claro, serão concedidos créditos fiscais, que impactarão de modo direto na economia de nosso estado, pela redução ou renúncia de receita estampada na propositura. Ora, reduzir arrecadação não é tarefa simples, necessitando ainda arrolar modo de compensação para a receita então renunciada. Até porque reduzir receita sem a correspondente compensação é ver criada a possibilidade de desequilíbrio das contas estaduais, pelo fato de que diversos programas precisam do montante representado pela arrecadação fiscal. Porquanto, aprovar esta propositura é dar azo à ilegalidade clara, idéia que não pode, sob pena de destrutura do estado democrático em que se vive, que por sua vez é regido pelo princípio da legalidade, que pode ser entendida pelo espectro de respeito à legalidade, em sentido estrito. Assevere-se ainda que, o valor citado no parecer inicial como sendo o impacto financeiro da medida não pode prosperar, já que refere-se especificamente a um só município e cujo método de coleta se mostra extremamente frágil, impossibilitando dimensionar a real perda arrecadatória.

#### **Conclusão**

Assim, pelo exposto, por se ter o pleno entendimento de que a aprovação deste projeto não trará garantias de um impacto salutar na economia paranaense, e mais, que a aprovação representa não apenas dificuldade para os cofres públicos, como também ilegalidade absoluta, e mais grave, inconstitucionalidade, é que nosso parecer é pela não aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 15.08.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

LEI Nº 14895

Publicado no Diário Oficial nº 7099 de 10/11/2005

#### **SÚMULA:**

Dispõe sobre tratamento tributário em relação ao ICMS aos estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática, em favor de empresas localizadas em Foz do Iguaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1º Aos estabelecimentos que industrializem produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática, localizados no município de Foz do Iguaçu, fica outorgado o seguinte tratamento tributário em relação ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS:

(...)

Palácio do Governo em Curitiba, em 09.11.05.

ROBERTO REQUIÃO - Governador do Estado

HERON ARZUA - Secretário de Estado da Fazenda

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2580-A, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu quero retirar o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

**Devidamente retirado pelo autor o requerimento.**

Como há um parecer contrário da Comissão de Finanças, a votação será feita de forma inversa.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Pela Ordem)**

Apenas, gostaria que ficasse claro, Sr. Presidente, que nesta votação nós estamos votando este projeto do Deputado Augustinho Zucchi, com uma emenda que eu apresentei, substitutiva, incluindo Francisco Beltrão e Dois Vizinhos na emenda do Deputado Zucchi e eu, me valendo até da possibilidade de encaminhar, queria dizer aos nobres colegas desta Casa que a justificativa é perfeitamente plausível, porque Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos têm CEFET, que foi transformado em Universidade Tecnológica.

Portanto, são três cidades que têm a necessidade de ter este mesmo benefício, sem prejuízo ao município de Foz do Iguaçu. Mas é a razão, inclusive, principal de termos uma Universidade Tecnológica nos três municípios, desenvolvendo nessa região oeste e sudoeste a tecnologia tão importante para o Paraná.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)**

Sr. Deputado Nelson Justus, quero apenas encaminhar como Líder do Bloco, a liberação. Já conversamos no bloco e, provavelmente, a maioria vai votar com o projeto do Deputado Augustinho Zucchi. Quero deixar bem claro aqui que eu pretendo me abster da votação. Não sei se igual posicionamento terá o Deputado Chico Noroeste, e talvez, também o Deputado Dobrandino. Mas isto não significa de maneira alguma que estamos votando contra Pato Branco, contra Francisco Beltrão e contra Dois Vizinhos, até porque quando este projeto foi votado nesta Casa nós obtivemos apoio de todos os Deputados que representam várias regiões do estado.

Esse projeto foi aprovado e sancionado e nós, eu pelo menos, pretendo me abster, até por uma questão de coerência porque até a data de hoje e provavelmente mais alguns dias, é a primeira vez, na história do Paraná, que um único município do Paraná, que tinha um benefício tributário exclusivo que possibilita um benefício de 80% do valor a pagar do ICMS. Nós queremos, bem pelo contrário, louvar o Deputado Augustinho Zucchi que está defendendo os interesses da sua região, juntamente com os Deputados do sudoeste e, com certeza, nesta Casa, quando é para defender os interesses do Paraná, nos somamos.

Então, quero justificar esse meu posicionamento no sentido de que nós esperávamos muito dessa lei. Essa lei está começando a dar os frutos em Foz do Iguaçu e nós entendemos que a partir do momento em que outras cidades terão o mesmo benefício, fatalmente, os municípios vão começar, no Paraná, a ter a atração concorrente. Não posso de maneira nenhuma, ir contra um Deputado defendendo os interesses da sua região, principalmente das cidades que representa, portanto, o bloco está liberado para votar de acordo com a sua consciência, qualquer Deputado que faça parte dele.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Este projeto que está na pauta de hoje é um projeto que já mereceu um longo debate, nesta Casa, por conta do chamamento de atenção que nos fez o Deputado Augustinho Zucchi. Tenho que reconhecer que por parte do atual Presidente do LACTEC, o professor Aldair Rizzi, nós recebemos insistentes posicionamentos a favor desse projeto como uma salvaguarda às empresas do município de Pato Branco. Posteriormente, chegou uma emenda ao Deputado Caíto Quintana em relação a esse projeto.

Em que pese a boa intenção, até porque o pólo é importante, tenho que reconhecer que não conseguimos encontrar, primeiro amparados, na própria Constituição Estadual, a possibilidade de tornar esse projeto constitucionalmente viável, ou seja, há uma flagrante inconstitucionalidade ao projeto. Além disso não foi possível que nós pudséssemos obter um acordo com o próprio

Governo, para que esse projeto fosse votado nesse momento.

Quero dizer que esse projeto me parece importante, mas quero encaminhar contrariamente, justamente por faltar a ele o acordo que pudesse fazer com que ele tivesse a garantia da sanção governamental. Então, para que eu possa manter a coerência, como Líder do Governo, encaminho contrariamente à aprovação do projeto de autoria do Deputado Zucchi.

**O SR. RIBAS CARLI (PSB) (Para Encaminhar)**

Como Líder do Bloco independente se absteve, por razões óbvias e até regionais que ele tem, eu, como Vice-Líder quero encaminhar favoravelmente ao Projeto de Lei nº 397/07 e pedir o apoio dos companheiros de bloco, Deputado Fábio Camargo, Deputado Pastor Edson Praczyk, Deputado Rosane, sendo que o Deputado Chico Noroeste também se absterá da votação.

Encaminho favoravelmente à aprovação do projeto.

**O SR. CHICO NOROESTE (PL) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, que fique registrado nos Anais a minha posição de me abster com relação a votação desse projeto.

**O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, é um projeto justo, mas que merece, sim, ser aprovado nesta Casa porque essa matéria não nasceu na cabeça do Deputado Augustinho Zucchi, nem na minha e nem na cabeça do Prefeito que, aqui, está. Mas nasceu lá atrás no Governo Jaime Lerner, na época do Alcení Guerra, quando criou o Parque Tecnológico do Sudoeste do Paraná. O Governo do Paraná, já investiu mais de 40 milhões no parque tecnológico do Sudoeste do Estado. É um projeto maravilhoso, que tem em Pato Branco e que agora através de uma emenda do Deputado Caíto Quintana visa estender a todo sudoeste do Paraná. Por isso, Sr. Presidente, o nosso apoio ao projeto. E acho que esta Casa faz justiça em reconhecer a existência de um projeto maravilhoso criado pelo Governo anterior do nosso estado. E que é alavancado por este Governo.

Queria pedir aos nobres companheiros que todos nós aprovássemos esse projeto de lei garantindo a existência do Pólo Tecnológico de Pato Branco e do sudoeste do Paraná, gerando empregos, desenvolvimento e riquezas no interior do nosso estado. É essa a visão que temos que ter. Quero pessoalmente conversar com o Governador Requião e explicar a ele que não estamos criando absolutamente nada, que não estamos aumentando gasto nenhum do Governo, apenas estamos regulamentando um projeto que existe no interior do nosso estado, que gerou empregos, riquezas e desenvolvimento e que corre risco se este projeto não for aprovado por esta Casa. Então, Sr. Presidente, fica aqui a nossa palavra, o nosso pedido aos Deputados que, aqui, tem assento, para que todos nós aprovemos esta proposta que é de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, e também tem o nosso aval e a nossa participação.



**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Gostaria de solicitar ao Deputado Augustinho Zucchi, se ele vai encaminhar, porque aí seria o último Deputado a encaminhar. Com a palavra o Sr. Deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)**

Quero rapidamente fazer o encaminhamento deste projeto, e dizer o seguinte: é um projeto que tem a nossa autoria, mas uma autoria conjunta com o Deputado Nereu Moura, com o Deputado Caíto Quintana, com o Deputado Traiano, porque acho que é um projeto que vai dar prosseguimento a uma atividade que existe lá na região e que foi, ao longo dos tempos, concretizada, efetivada e trabalhada em vários Governos. Está aqui o Prefeito e não é apenas no Governo Jaime Lerner que foram investidos recursos lá.

Deputado Anibelli, V. Exa. que é da nossa região sudoeste do Paraná, tivemos no Governo Requião um investimento muito grande de recursos lá, por parte do então Secretário de Ensino Superior, Aldair Rizzi, que agora é Presidente da LACTEC. Nesta semana, Presidente, os prédios lá foram pintados, todos eles com a inscrição: "Centro Tecnológico do Sudoeste. Governo do Estado". Se não aprovarmos este projeto, significa dizer que todo recurso público investido lá corre risco de ser um recurso mal utilizado, porque não terá condição de sobreviver naquilo que foi o objetivo precípuo do centro tecnológico.

Ali, Presidente Nelson Justus, incorporado o nosso projeto numa emenda do Deputado Caíto Quintana, ali no sudoeste formou um pólo tecnológico por conta do investimento público.

Portanto, Deputado Nereu, não estamos pedindo para criar nada, senão seria justificado que qualquer Deputado pudesse colocar uma emenda para a sua cidade, para que ali fosse feito um novo parque tecnológico. Não, lá já existe um parque tecnológico. Já existe lá um investimento público, já existem empresas trabalhando, existe formação de mão-de-obra há muito tempo. Hoje, só Pato Branco - não estou citando aqui Francisco Beltrão e Dois Vizinhos - é o maior produtor de software do Brasil, tem uma produção tecnológica baseada nesse investimento público.

Se a Assembléia não votar isso, significa dizer o seguinte: que daqui a pouco vai se perder milhões de reais que foram investidos lá por parte do município, quando doou o terreno, quando deu infra-estrutura, por parte do estado, por parte da COPEL quando comprou máquinas, que equivale ao valor de milhões de dólares.

Tenho certeza, Deputado Nereu, que V. Exa. quando conversar com o Governador Requião, o Governador, tenho certeza absoluta, vai, além de entender, na minha opinião ele vai aprovar isto que estamos votando hoje aqui.

Embora o Deputado Romanelli tenha encaminhado contrariamente, quero aqui respeitar esta posição, porque ele teve posição similar, aliás, posição idêntica lá na CCJ.

Mas, o Deputado Reni, autor da lei de Foz do Iguaçu, que naquele momento se pretendia evitar que lá houvesse ainda mais um aumento do contrabando, e Foz do Iguaçu é uma cidade brasileira, não é apenas paranaense como todas as outras são, mas Foz do Iguaçu é uma vitrine para o nosso país.

Certamente, quando se absteve na sua condição de Parlamentar, se absteve obviamente com relação à questão de Foz do Iguaçu, mas sabe que não estamos tirando nada de Foz do Iguaçu, absolutamente nada. Estamos apenas, dando a mesma condição aonde já existem as empresas trabalhando, não só porque tem o CEFET lá, não é só porque está sendo gerada a mão-de-obra qualificada, é porque já existe investimento público de grande monta e que um dos maiores problemas deste país é que muitas vezes vem se fazendo um programa num Governo e no outro Governo isso acaba. Nesse particular, a situação da tecnologia do sudoeste não aconteceu isso. Foi feito no Governo anterior, mas o Governador Requião, no palanque, lá em Pato Branco, o Deputado Caíto e o Deputado Nereu estavam lá, o Governador Requião disse que teria que ser preservado e investidos recursos públicos a mais lá no pólo tecnológico, porque aquilo é bom, para a região e para o Paraná, porque afinal de contas não temos uma tradição muito forte na fabricação de componentes eletroeletrônicos no nosso estado.

Sr. Presidente, quero agradecer o apoio dos Srs. Deputados, pedir que possa voltar. Quero abrir mão da autoria desse projeto, Deputado Caíto. Quero inclusive que o Governador Requião sancione esse projeto lá e que ele vá ao centro tecnológico sancionar esse projeto. V. Exas., que fazem parte da Base do Governo, que possam ter o maior mérito na aprovação desse projeto. Eu renuncio aqui, até porque não fui eu que criei o parque, eu apenas fiz uma lei, lá em 1997, que não foi de incentivo tributário. A maior prova de apoio a este parque tecnológico do sudoeste do Paraná está sendo dado hoje aqui. Como eu disse, Deputado Elio Rusch, não é um parque que está sendo feito a partir dessa lei. Ele já existe, é para não extinguir algo em que foi gasto dinheiro público e que deve representar o segmento industrial sempre em crescimento, e não na sua extinção.

Agradeço os Parlamentos, peço o apoio. Agradeço o apoio dos Deputados Nereu, Caíto, Traiano, Anibelli, de todos os Deputados, de todos que puderam, Deputado Elio Rusch, colocar aqui a sua posição, conversando com o PT, eles também, Deputado Nereu, vão nos ajudar, até porque, a Deputada Luciana não pôde estar aqui hoje, mas certamente ele teria posição favorável, já que o projeto cuida de uma questão da região sudoeste do Paraná, onde ela também tem a sua representação política com muita legitimidade.

Obrigado!

**O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

O Deputado Augustinho Zucchi lembrou bem aqui que a Deputada Luciana Rafagnin teve recentemente a perda de uma pessoa de sua família e retornava no dia de hoje. Não se sentindo bem, teve que retornar a Francisco Beltrão e solicitou inclusive ao Líder da nossa bancada, que certamente irá se manifestar nesse sentido, que a Bancada do PT votasse favoravelmente esse projeto, o que será feito.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Na verdade, o que se faz no plenário desta Casa neste dia, nada mais é do que justiça a uma cidade e a uma região que há muito tempo vem desenvolvendo um trabalho revolucionário no campo tecnológico. Nós vivenciamos de perto a criação do Centro Tecnológico de Pato Branco, ainda no Governo Jaime Lerner. Lembro-me perfeitamente da luta que travamos para que a região fosse contemplada, até porque é uma região que ofereceu ao estado, através de inúmeras usinas na geração de energia para revolução industrial deste estado, e praticamente não recebia nenhum tipo de investimento que pudesse contemplar a região com aquilo que ela ofereceu de bom para o estado do Paraná.

E de pronto lembro-me das lutas que travamos com o então Presidente da COPEL, o próprio Alcení Guerra, que buscava incessantemente essa oportunidade e aproveitando o CEFET, que lá estava instalado com o objetivo de aproveitar a mão-de-obra dos nossos filhos da região, fixando a gente, o jovem do sudoeste do Paraná com esse centro tecnológico.

E para nossa surpresa, lamentavelmente, o que se observa é que com a iniciativa do Deputado Reni, que defende também a região oeste, a sua cidade de Foz do Iguaçu acabou aprovando uma lei que, lamentavelmente, cria uma barreira para que os empresários que lá estão instalados pudessem permanecer na região.

Se isto ocorrer, se a não aprovação do projeto acontecesse aqui, estaríamos inviabilizando um projeto que realmente é digno de orgulho que não é dos Srs. Deputados, dos Srs. Prefeitos, mas é, acima de tudo, dos paranaenses, porque os dois Governos, tanto o Governo Jaime Lerner quanto o Governo Requião tem investido muito nesse projeto, para orgulho da região sudoeste do Paraná.

Deputado Jocelito, é importante que deixe aqui muito bem claro, V. Exa. talvez não tenha entendido aquilo que o Deputado Caíto Quintana afirmou. Não está se defendendo a permanência desse projeto, apenas em defesa da região de Pato Branco, que lá existe o CEFET. Não! Porque já existe um centro tecnológico lá em Pato Branco e com a lei do Deputado Reni, que teve a grandeza de liberar a sua bancada para que pudessem votar favoravelmente esse projeto, estaríamos inviabilizando a continuidade da criação do Centro Tecnológico do Paraná.

Por isso, faço um apelo aos nobres Pares, que possam realmente se somar e manifestar através do voto aprovando esse projeto e tenho a certeza e a convicção de que o Deputado Jocelito, que é um homem experiente, que é um Deputado brilhante, haverá de compreender esse apelo da região sudoeste do Paraná, porque tenho absoluta confiança que V. Exa. já passou por lá, como radialista, na nossa região, haverá de se somar conosco também nessa empreitada,

Muito obrigado, Srs. Deputados e esperamos o seu voto!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para encaminhar, Deputado Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, vou começar pelo final do Deputado Traiano, que aliás tenho orgulho de ter sido radialista no período em que o Traiano era Prefeito de Santo Antônio do Sudoeste. Andei por Pato Branco, por Francisco Beltrão, andei por tudo, Barracão e tantas cidades. Tive a alegria de ter minha primeira filha nascida no sudoeste, na terra do nosso querido Deputado Antonio Anibelli, Clevelândia, que me parece ser a terra também da Deputada Rosane, dos tempos de antigamente.

Então, eu jamais votaria contra o sudoeste, pelo qual tenho o maior respeito e o maior carinho. Só me chamou a atenção, aqui, o pronunciamento, e fico sempre atento ao Plenário, um ouvido aqui e um ouvido lá, me chamou a atenção e me deixou preocupado o fato de que o Deputado Caíto Quintana, que é um Deputado experiente desta Casa, falou das ligações do CEFET com este pólo.

Em Ponta Grossa existe hoje um CEFET. Eu já vi muitos jovens lá, estive presente no CEFET, que estão fabricando tecnologias através do CEFET, eletronicamente. Já vi, inclusive funcionando. Colocamos uma vez, quando Prefeito, numa escola, colocamos um alarme que os garotos fabricaram dentro do CEFET, que foi uma experiência, como também radares que estão colocados em Ponta Grossa, hoje, e foram feitos no CEFET de Ponta Grossa.

Então, votarei à favor do sudoeste, do Deputado Zucchinho, de todos os companheiros, aqui. Eu jamais desrespeitaria as cidades pelas quais passei, mas quero que os companheiros - na sequência - depois que tivermos uma discussão com o pessoal do CEFET de Ponta Grossa, eu, o Deputado Plauto, aqui não está o Deputado Péricles, está em, viagem em nome deste Legislativo, e o Deputado Marcelo Rangel, possamos na sequência abrir um diálogo para termos oportunidade, que possamos criar um novo projeto que beneficie também a nossa região, onde está o CEFET, que é Ponta Grossa. E Castro também deve receber, agora, na sequência, uma unidade do CEFET.

Então, queria deixar meu apoio, mas também o compromisso, que depois, quando viermos a apresentar

um novo projeto, igual ao que estão apresentando hoje, os demais Deputados, nós teríamos o apoio. Só peço, Sr. Presidente, que o Governo não vete este projeto. Deixe rolar! É um incentivo ao interior, ao sudoeste. Pediria à Bancada do Governo, se o Governador vetar isto, vamos assumir um compromisso, aqui: eu assumo o compromisso de não fazer emenda e nem de atrapalhar, até porque gosto do sudoeste, mas também queria pedir aos Deputados do sudoeste que se o Governador vetar, vamos derrubar o veto dele e fica acertado isto aqui, porque é para o bem do sudoeste. E fica o compromisso de que eu possa, na sequência, apresentar, porque vou colocar um detalhe, aqui, de que uma vez foi feito um compromisso e não foi cumprido, o aumento dos Procuradores das universidades. O Presidente Hermas Brandão assumiu um compromisso, todo mundo do Governo assumiu, fora os Deputados que não estavam, e ninguém cumpriu depois. E eu paguei o mico sozinho, lá com os professores de Ponta Grossa. E agora, quando estou lendo o relatório do Tribunal de Contas, o parecer prévio, estou vendo que têm diferenças ali, que estão erradas.

Então, assumo o compromisso e cumpro. Só espero que os companheiros cumpram, porque esta não foi cumprida. Mas, em homenagem ao sudoeste, em homenagem à minha filha que nasceu em Clevelândia, a todo o pessoal, aos Deputados aqui presentes, não farei emendas, mas, peço que nos respeitem, depois, se assim entender o CEFET de Ponta Grossa e o futuro CEFET de Castro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas) (Para Encaminhar)**

Só para registrar, abonando as palavras do Deputado Jocelito Canto, vamos votar em conjunto com os Deputados este projeto importante. Mas, depois de uma discussão lá no CEFET da nossa cidade de Ponta Grossa, ou melhor, Universidade Federal Tecnológica, vamos aqui na Casa apresentar um projeto e pedimos o apoio de todos aqueles que são do sudoeste e demais Deputados, porque se tiver necessidade, teremos também um projeto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Pela ordem, concedemos a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, encaminho apenas no seguinte sentido: o Deputado Traiano, o Deputado Zucchi, colocaram bem, eu sei que isso deva ser a posição dos demais Deputados do sudoeste do Paraná, a exemplo do Litro que aqui não está, da Luciana, de que o sudoeste tem um pólo tecnológico.

Somos uma região que é de pequenas propriedades. Tenho certeza que no futuro, o Paraná, avançando na madeira na região onde está a Klabin, na cama na região

oeste e sudoeste. O sudoeste do Paraná será a sustentação agrícola de alimentos do nosso estado, e isso tem pouco valor agregado para os municípios.

Um pólo tecnológico que já existe, eu repito aquilo que os demais Deputados disseram, já existe esse pólo, será uma possibilidade do desenvolvimento daquilo que é mais importante no Brasil moderno que é a tecnologia; e estamos com essa tecnologia implantada no sudoeste do Paraná. Por isso, peço o apoio também dos demais Deputados. Mas, quero particularmente agradecer ao Deputado Malucelli, que apresentaria uma emenda nesse projeto, aos Deputados Jocelito e Plauto, e aos demais Deputados de Ponta Grossa, de não apresentarem emenda para podermos caminhar com esse projeto, e na sequência vamos trabalhar para a sua aprovação, porque ele, sem dúvida alguma, é bom para o estado do Paraná.

É isso, Sr. Presidente. E, Deputado Jocelito, tenha certeza absoluta, não posso falar pela nossa bancada, mas na apresentação de um projeto em separado que V. Exa. puder fazer, nós do sudoeste, principalmente aqueles que aqui estão, o Traiano, o Augustinho Zucchi e eu, votaremos a favor de V. Exa.

**O SR. ELTON WELTER (PT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, a Deputada Luciana Rafagnin que é do sudoeste, inclusive não está presente, nos pediu que votássemos favoráveis a esse projeto, que é de interesse da região, e a Bancada do PT vai votar favoravelmente a esse projeto de lei.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Os Deputados que forem contrários ao projeto de lei, permaneçam como estão. **Está aprovado o projeto.**

**O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)**

Para registrar a minha abstenção, do Deputado Chico Noroeste, Deputado Dobrandino da Silva, abstenção do voto contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente registrado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 289/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Mão Verde - Instituto Paranaense de Incremento às Ações Sociais e Ecológicas, com sede e foro nesta capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 289/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Mão Verde - Instituto Paranaense de Incremento às Ações Sociais e Ecológicas, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 317/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o MOOPAR - Movimento Pró-Alto Boqueirão e Região, com sede e foro nesta capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/07, de 02/05/07, em Projetos de Lei).**

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 534/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores das Comunidades Rurais de Campo Redondo, Bela Vista e Regiões - AMOR, com sede e foro no município de Araucária. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/07, de 01/08/07, em Projetos de Lei).**

**2ª Discussão**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação Maringaense Amigos da Infância, com sede e foro no município de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

Em votação o projeto ressalvada a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Prêmio Kasato Maru, que será entregue todos os anos durante o mês de junho, no dia do imigrante japonês, a partir de 2008. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CMAI. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Araucária - APADVA com sede e foro no município de Araucária. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 537/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/07, que autoriza o Poder Executivo a ceder imóvel ao município de Nova Esperança. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 537/07

Art. 1º Fica modificada a redação do artigo 3º do Projeto de Lei nº 537/07, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º A presente cessão de uso vigorará até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes”.

Sala das Sessões, em 29.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoioamento:

Antonio Belinati, Edson Strapasson, Ribas Carli Filho e Elio Rusch.

**O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública a Tenda Lar de Ogum, com sede em Piraquara e foro no município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 570/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública a Associação Fórum das Entidades Filantrópicas de Londrina, com sede e foro na cidade de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

Em votação o projeto ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

## 1ª Discussão

### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/07, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Rui Hara, dispõe sobre a outorga de honraria a professores, quando da aposentadoria e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/07, de 25/06/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 463/07

P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por objetivo agraciar com o Título de Emérito Professor, os integrantes do Quadro do Magistério Estadual quando da sua aposentadoria e que tiverem prestado pelo menos dois terços do seu tempo de serviço em prol da educação.

##### Fundamentação

Inicialmente, verifica-se que no tocante à iniciativa legislativa para a proposição do projeto em tela, não há nenhum óbice constitucional, uma vez que não há vedação legal e nem se trata de matéria elencada no artigo 66 da Constituição Estadual como de competência privativa do Governador do Estado.

Desta forma, o artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal assim determina:

*Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.*

*§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas.*

Nesta condição, quanto ao objetivo proposto no presente projeto, pois com este se pretende conceder honrarias aqueles que integram o Quadro do Magistério Estadual na forma estabelecida no projeto, vejamos o disposto na Constituição do Estado:

*Art. 178. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

*IV - valorização dos profissionais do ensino garantindo-se, na forma da lei, planos de carreira para todos os cargos do magistério público, piso salarial de acordo com o grau de formação profissional e ingresso, exclusivamente por concurso de provas e títulos, realizado periodicamente, sob o regime jurídico adotado pelo estado.*

Assim, a valorização dos profissionais do ensino constitui um dos princípios constitucionais do ensino, e com relação a estes profissionais, a Lei Complementar nº 7/76 que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público assim disciplina:

*Art. 6º A carreira do Magistério caracteriza-se por atividades continuadas e dirigidas à concretização dos princípios, dos ideais e dos fins da educação brasileira.*

Logo, verifica-se a inexistência de óbice legal e constitucional, tendo em vista que o projeto visa prestar homenagem aos professores dispensarem parte de seu tempo de serviços em prol da educação. Ademais, a Constituição Federal proclama que a educação é direito de todos e dever do estado e da família, desta forma, não há no ordenamento jurídico brasileiro vedação quanto a outorga de honrarias aqueles que contribuíram para tal preceito constitucional pudesse ser efetivado.

##### Conclusão

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de constitucionalidade o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE, CIÊNCIA, TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 463/07

P A R E C E R :

##### Parecer do Relator

O presente projeto propõe aos Parlamentares desta Casa, dos paranaenses o reconhecimento aos profissionais do magistério público estadual por relevante contribuição na formação da população.

O título de emérito professor, concedido aos profissionais que dedicaram dois terços de seu tempo de serviço à educação contribuiu na valorização destes profissionais que fundamenta o desenvolvimento do estado.

Esta comissão é favorável e orienta pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.08.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/07, de autoria da Bancada do PT, que dispõe sobre os Faxinais e o processo de reconhecimento dos faxinalenses no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CMAI. **(Publ. no DA nº 075/07, de 02/07/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 477/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame nesta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores - PT, tem por objetivo dispor sobre os faxinais e o reconhecimento dos faxinalenses no estado do Paraná.

Para fundamentar a medida proposta o autor invoca a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, ratificada pelo Decreto Federal 5051, de

19 de abril de 2004 e a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003 e ratificada pelo Governo Federal conforme Decreto nº 5753, de 12 de abril de 2003, através das quais o Brasil se compromete perante as comunidades internacionais a respeitar e preservar as diversas cultural do povo brasileiro.

Com o objetivo de dar sustentação, mediante ações efetivas voltadas à preservação e proteção da diversidade cultural nacional o Governo Federal criou a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, junto ao Ministério de Desenvolvimento Social, com participação dos Ministérios da Justiça do Planejamento, do Meio Ambiente, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário.

A proposição é altamente meritória e vem, ainda em tempo, de evitar que se perca a cultura dos faxinalenses, possibilitando a preservação dessas comunidades em nosso Estado.

Na forma como apresentada a proposta de lei não encontra nenhum impedimento, de natureza legal ou constitucional que a torne viciada impedindo a sua aprovação por esta Casa.

Pelo exposto esta comissão manifesta seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA  
PROJETO DE LEI Nº 477/07

P A R E C E R :

Trata-se de proposição de iniciativa da Bancada do PT que tem por objetivo dispor sobre os faxinais e o reconhecimento dos faxinalenses no estado do Paraná.

Os faxinais são comunidades tradicionais encontradas em territórios sociais típicos do estado do Paraná. Sua organização está baseada em normas específicas, acatadas de maneira consensual pelas relações sociais internas da comunidade, que controlam os recursos básicos através da combinação de uso comum e apropriação privada. Pela disposição e organização social, além da conservação ambiental que lhes é conseqüente, os faxinais são considerados uma forma de organização camponesa inédita no sul do Brasil.

Por estas razões esta comissão é de parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 21.08.07.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

Em votação.

O SR. PEDRO IVO (PT) (**Para Encaminhar**)

Gostaria de esclarecer que esse projeto foi debatido nesta Casa em uma audiência pública. Trata de reconhecer

essas comunidades como comunidades tradicionais. Existem vários quesitos que credenciam eles como comunidades tradicionais. Nos moldes como ocorreu com os caiçaras, com as quebradeiras de côco.

Os faxinalenses têm um modo de vida específico. São proprietários, na grande maioria, dessas áreas de terra. E é importante o reconhecimento por uma lei estadual, tornando-os uma comunidade tradicional, porque os credencia a vários projetos na esfera federal.

Gostaria de pedir o apoio de todos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Item 12. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença do Presidente da Câmara de Guaíra Sr. Josefino Xavier de Lima, conhecido com “Ferroquino” e também do Vereador Douglas Rodrigues da Silva da mesma cidade. Bem como do Vereador Luiz Fernando Gomes de Terra Roxa, que nos prestigiam com suas presenças hoje nesta Sessão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sejam bem-vindos!

### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública o Centro de Educação Infantil São José, com sede e foro na cidade de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 089/07, de 08/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 571/07

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Professor Luizão, declara de utilidade pública o Centro de Educação Infantil São José, com sede e foro na cidade de Londrina.

#### Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o artigo 2º ao dispor “revogando as disposições em contrário”, fere a Lei Complementar nº 095/98 que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: *art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.* Desta forma, sugere-se a emenda supressiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 571/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Fluvópolis, com sede e foro no município de São Mateus do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/07, de 09/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 573/07

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Fluvópolis, com sede e foro no município de São Mateus do Sul.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o Estatuto da Associação que se pretende declarar de utilidade pública também prevê a sigla utilizada como nome fantasia da Associação. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 573/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores de Fluvópolis - Sagrado Coração, com sede e foro no município de São Mateus do Sul

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

Esta presidência, antes de passar aos requerimentos, gostaria de lembrar que amanhã às 14h haverá, aqui no plenário, a posse da nova diretoria da UVEPAR (União dos Vereadores do Paraná).

**Requerimentos****O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2571, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Rejeitado.**

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Quero encaminhar contra esse requerimento, porque já foram respondidos vários requerimentos sobre esse tema. O tema foi objeto, inclusive, de uma inspeção realizada pela Comissão de Fiscalização, presidida pelo Deputado Artagão Júnior, *in loco*. E, efetivamente, é o seguinte: reconhecidamente, mais uma vez, é um daqueles chamados pedidos de informação que tem natureza de investigação, porque basta ler o teor do requerimento do Deputado Jocelito.

Eu queria sugerir aos nobres Deputados para que pudéssemos rejeitar este requerimento, porque se o Deputado Jocelito, especificamente, quiser saber sobre determinado tema, como outros temas, nós temos encaminhado favoravelmente, mas sinceramente a pessoa que elaborou ou o próprio autor, se for o Deputado Jocelito, efetivamente, esteve num momento de ócio criativo, ou seja, reconhecidamente, é muito aprofundamento para um único requerimento, no sentido que as informações que fossem necessárias pontualmente devem ser encaminhadas.

Agora, Sr. Presidente, eu tenho formulado a esta Mesa e a Mesa não responde uma questão de ordem sobre a questão de fornecimento de documentos porque, novamente, aqui, na verdade, se pede quase um caminho de documentos em relação, pontualmente, a este requerimento de pedido de informações. Por isso, quero pedir aos Srs. e Sras. Deputadas desta Casa, a rejeição deste requerimento para que, pontualmente, o autor do

requerimento se quiser alguma informação, nós possamos fornecer, mas não, sinceramente, da forma como este questionário foi feito, porque, seguramente, são aqui quatorze itens os mais abrangentes. Acho que nem o Secretário Geral da ONU consegue responder este requerimento do Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Queria chamar a atenção dos Deputados. Vou fazer a leitura do requerimento no meu encaminhamento. Deputado Edson Praczyk, V. Exa. que foi conosco acompanhar as televisões, essa questão envolvendo as televisões. Estou buscando informações porque acho que é um dever desta Casa e sei, Sr. Presidente, que vou perder este requerimento. Sei que sempre quando a barra pesa, aqui, o Governo não aprova. Quando é muito técnico e muito correto o meu requerimento, o Deputado Romanelli vai pela linha de que o requerimento está mal feito. Ao contrário, ele está muito bem feito.

A pessoa que fez o requerimento, a assessoria nossa que fez, é a mesma assessora que fez, aquela do Tribunal de Contas e que V. Exa., Deputado Romanelli, não deixou aprovar e que está ali, agora, no parecer prévio do Tribunal de Contas, que nós vamos discutir muito nesta Casa, e tudo aquilo que a mesma pessoa que fez este requerimento, fez naquele também e estava certo. Tudo aquilo que eu pedi, aquele dia aqui, está lá no parecer prévio e vai vir. Já está nesta Casa. Então, Deputado Romanelli, não questione a pessoa que escreveu este requerimento, porque a pessoa que escreveu este requerimento é uma pessoa que conhece o direito público.

Eu vou ler aos Deputados o requerimento como forma de embasar o meu encaminhamento do pedido, porque o Deputado Romanelli já disse que os televisores custaram R\$ 700,00 (setecentos reais). Então, esse debate aberto por mim outro dia, elucidou o preço dos televisores, Presidente. Veja como é bonito o Parlamento! Nós já descobrimos que os televisores custaram R\$ 700,00 (setecentos reais). O Deputado Romanelli disse, aqui, que custou R\$ 700,00 (setecentos reais) e vai trazer a nota. O Deputado Valdir Rossoni, que não vejo aqui, neste momento, estava junto quando o Deputado Romanelli falou que custou R\$ 700,00 (setecentos reais) e vai trazer a nota dos televisores. Então, nós já sabemos que a empresa Cequitel ganhou R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) em cada televisor, vezes vinte e dois mil, são três milhões e pouco. Essa é a diferença das televisões.

Agora, o que estou pedindo, aqui, Sr. Presidente? E prestem atenção, Srs. Deputados! Olha a profundidade deste requerimento! Aqui não tem nada mal feito. Aqui tem profundidade de quesitos, que devem ser respondidos. O que diz o requerimento? 1º - um dos 14: como foi definido o modelo do equipamento a ser adquirido para as escolas?; 2º: quem definiu o objeto da licitação? 3º: anexar processo administrativo, que iniciou a aquisição,

contendo todos os elementos que culminaram com a divulgação do edital, na forma que se deu. 4º: anexar o projeto básico. 5º: como foi realizada a cotação do objeto, uma vez que o produto não existia nas lojas? 6º: há parecer técnico indicando vantagens da aquisição, em contra-posição a televisores comuns, combinados com aparelhos de DVD? 7º: há parecer técnico comparativo entre o bem a ser adquirido e o computador com o monitor de 20, multimídia? 8º: considerando que o produto não existe no mercado e que foi necessário fabricá-lo, foi realizada cotação em empresas fabricantes? 9º: em caso afirmativo, que empresas foram usadas? Juntar cotações. 10º: se não foi cotado em diversos fabricantes, pela impossibilidade, como foi respeitado o princípio da isonomia e igualdade de condições aos concorrentes? 11º: se o produto não foi cotado em fabricantes, como se chegou ao preço estabelecido na licitação? 12º: se o produto não existe no mercado, por que motivo foi realizado um leilão, para aquisição, quando o artigo da Lei 10502/02, determina que essa modalidade se presta à aquisição de bens e serviços de natureza comum? 13º: como foi feita a descrição do objeto, utilizando as normas e padrões da ABNT, face ao disposto da Lei Federal 4150/62? Por último: considerando que o bem teria que ser fabricado, por que motivo o objeto da licitação não foi fabricação do produto? Ocasão que outras montadoras de eletrodomésticos poderiam concorrer.

Senhor Presidente, preste atenção neste requerimento. Se isso aqui é mal-feito, é porque o Deputado Romanelli não entende nada de licitação e de questões de administração pública. Isso foi feito por técnico, baseado depois de tudo o que aconteceu nesta Casa. Essas perguntas, aqui, Deputado Elio Rusch, ninguém pediu. Até aqui ninguém questionou essas questões que estou levantando. Porque sabemos que foi comprado um televisor, que no mercado poderia ser mais barato. Por que se quis comprar aquele televisor? Por que não se comprou direto do fabricante, já que era um produto inédito?

Estou levantando dados e vou trazer, aqui, que provam o seguinte: há governos de outros estados que compram direto da fábrica, através de um pregão entre os fabricantes. Isso diminui-se o preço, sai o atravessador e entra o fabricante. Valoriza-se o fabricante, diminui o custo e ganha o estado. Daí, Sr. Presidente, pode sobrar dinheiro para as UTIs que matam as criancinhas em Ponta Grossa.

Por isso que eu peço a aprovação desse meu requerimento, que é um requerimento técnico, competente, e eu não concordo com o que disse o Deputado Romanelli. Este é um requerimento perfeito, técnica legislativa perfeita, leis corretas, este requerimento está perfeito.

Se eu perder, Sr. Presidente, se eu perder eu cumpro aquele juramento que eu subi na madeirinha aqui dia 1º, eu cumpro, eu subi aquele dia aqui e disse: eu prometo cumprir. Se eu não aprovar este requerimento, eu fiz a minha parte e está nos Anais desta Casa.

Peço a aprovação. Quem não deve não teme.



O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o requerimento firmado pelo Deputado Jocelito Canto, requerendo pedido de informação ao Secretário de Educação.

Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai-se proceder a verificação de votação.

Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. **Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 2587, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2572, 2573 e 2574, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2575, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão de Tomada de Contas, para providências.**

Requerimento nº 2581, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Nós encaminhamos favoravelmente ao requerimento. Muito bem formulado, Deputado Plauto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

**Aprovado.**

Requerimento nº 2570, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2585, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se na forma regimental.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Aliás, eu preferia encaminhar para votar este requerimento aqui.

Eu retiro, se me permite, como fui eu que formulei o pedido de discussão, Sr. Presidente, eu retiro para discutir e quero encaminhar para votar esse requerimento aqui, se o senhor me permitir.

Como fui eu, salvo que o autor queira discutir, mas eu quero votar este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nós adiamos já para amanhã. Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado do Deputado Ademar Traiano, subscrito por outros Deputados, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/07.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 30, às dez horas, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 353, 397 e 570/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 463, 477, 571 e 573/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 569, 592 e 601/07.

Levanta-se a Sessão.



## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 102**

### **8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>34</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>34</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>34</b>
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão/Votação	

2ª Discussão .....	35
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>35</b>
<b>Publicações:</b>	
Comissão Executiva	
Atos .....	35
Diretoria Geral	
Portaria DAT .....	37
Atas de Comissões	
Ecologia e Meio Ambiente .....	37
Direitos Humanos e Cidadania ..	38

### **DIÁRIO Nº 102**

### **8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 008ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2007**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Edgar Bueno e Tadeu Veneri.

#### **Presenças:**

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Malucelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu

Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (34).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Beti Pavin, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Durval Amaral, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Miltinho Pupio, Pedro Ivo, Stephanes Júnior e Valdir Rossoni (16).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Luiz Eduardo Cheida e Péricles de Mello (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes, e nem no Horário das Lideranças.

#### **Ordem do Dia:**

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que altera o *caput* do artigo 1º da Lei nº 14895, de 09 de novembro de 2005, que dispõe sobre tratamento tributário em relação ao ICMS aos estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicações e de informática, em favor de empresas localizadas em Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação o projeto ressalvada a emenda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, pelas mesmas razões que fundamentamos na 1ª discussão, mantemos a nossa posição contrária à aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, solicitando aos Srs. Deputados que, por gentileza, compareçam a Sessão amanhã pela manhã, atendendo o convite aos Srs. Deputados para a posse da diretoria da União dos Vereadores do Paraná, na Sessão de amanhã à tarde.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Comissão Executiva***

##### ***Atos***

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1572/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e

tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5497, datado de 04 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

Prover RENATA ADRIANA GARBOSSA, para exercer cargo em Comissão, junto a 2ª SECRETARIA, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1578/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6000, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, ADIR HANNOUCHE, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1579/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5776, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, JAQUELINE RAMOS LEONI, do cargo em Comissão, do Gabinete da Administração deste Poder, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1580/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5975, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, ANTONIO CARLOS DO CARMO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1581/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5787, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, LUIZ ANTONIO RODRIGUES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1582/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5786, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, EDILSON PERUCOLI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1583/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5785, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, JULIO CEZAR ZANARDE, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1584/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5784, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, PRISCILLA RIBAS CRUZ, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1585/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5788, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, FABIO NATARIO DANIEL, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1586/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5839, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, DOROTEIA LOPES DA SILVA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1587/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5838, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, ROBERTA PUPPI DE MODESTI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1588/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5888, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, JULIANO GONÇALVES RUAS LUCAS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Tadeu Veneri, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ***Diretoria Geral***

### ***Portaria - DAT***

PORTARIA Nº 0171/07 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15339 de 22 de dezembro de 2006,

#### **R E S O L V E :**

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15339 de 22 de dezembro de 2006 nas rubricas abaixo:

#### **REDUÇÃO DE DESPESA:**

<b>Código</b>	<b>P/A</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor</b>
33504100	2000	100	7.000.000,00
			7.000.000,00

#### **ACRÉSCIMO DE DESPESA:**

<b>Código</b>	<b>P/A</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor</b>
33903900	2000	100	6.000.000,00
33903700	2000	100	1.000.000,00
			7.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 20.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: Alexandre Curi

Primeiro Secretário

## ***Atas de Comissões***

### ***Ecologia e Meio Ambiente***

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Luiz Fernandes Litro, Elton Welter, Reni Pereira, Cleiton Kielse e Rosane Ferreira. O Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1º) Votação da ata da 4ª Reunião Ordinária - APROVADA; 2º) Projeto de Lei nº

065/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Fernandes Litro - APROVADO; 3º) Projeto de Lei nº 153/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Welter - APROVADO; 3º) A Comissão se reunirá novamente no dia 02 (dois) de julho próximo, para discutir sobre a Preservação da Serra do Mar e convidará para fazer parte da Sessão os Srs. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; o Presidente do Instituto Ambiental do Paraná; e o Presidente da MINEROPAR - Minerais do Paraná - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente

Luciane Andretta - Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença da Deputada Rosane Ferreira. O Sr. Presidente declara aberta a presente reunião, agradecendo a presença dos Srs. Secretário Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMA; Coordenador do Programa de Proteção da Floresta Atlântica da SEMA e o Diretor-Presidente da MINEROPAR - Minerais do Paraná, que prontamente compareceram para discutir sobre os problemas da Serra do Mar, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a todos os presentes, dando por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente

Luciane Andretta - Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de julho de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Osmar Bertoldi, Elton Wel-

ter, Reni Pereira, Cleiton Kielse e Rosane Ferreira. O Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1º) Votação da ata da 6ª Reunião Ordinária - APROVADA; 2º) Projeto de Lei nº 154/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osmar Bertoldi - APROVADO; 3º) Projeto de Lei nº 206/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Rosane Ferreira - APROVADO; 4º) Projeto de Lei nº 236/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Welter; 5º) Projeto de Lei nº 250/07, de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 6º) Projeto de Lei nº 415/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cleiton Kielse.- APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente  
Luciane Andretta - Secretária

## ***Direitos Humanos e Cidadania***

### **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões de Direitos Humanos e Cidadania, sob a presidência do Sr. Deputado Francisco Bühner, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Reni Pereira, Luiz Carlos Martins, Antonio Belinati e Mamede. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 461/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Relator: Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente  
Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

